



INTERACÇÃO DO GÉNERO, DA AGROBIODIVERSIDADE E DOS CONHECIMENTOS LOCAIS AO SERVIÇO DA SEGURANÇA ALIMENTAR



MANUAL DE FORMAÇÃO



INTERACÇÃO DO GÉNERO, DA AGROBIODIVERSIDADE E DOS CONHECIMENTOS LOCAIS AO SERVIÇO DA SEGURANÇA ALIMENTAR



MANUAL DE FORMAÇÃO

Todos os direitos reservados. A reprodução e disseminação de material existente neste produto de informação para propósitos educacionais ou outros propósitos não comerciais estão autorizadas sem qualquer permissão escrita prévia dos detentores do copyright desde que a fonte seja completamente reconhecida. A reprodução de material contido neste produto de informação para revenda ou para outros propósitos comerciais sem permissão escrita dos detentores do copyright é proibida. Os pedidos para essa permissão deverão ser dirigidos ao Chief, Publishing Management Service, Information Division, FAO, Viale delle Terme di Caracalla, 00100 Rome, Italia ou serem enviados por e-mail para copyright@fao.org

© FAO 2005

As designações empregues e a apresentação de material neste produto de informação não implica a expressão de qualquer opinião por parte da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura) com respeito ao estado legal ou de desenvolvimento de qualquer país, território, cidade ou área das suas autoridades, ou concernente à delimitação das suas fronteiras ou limites.

As opiniões expressas nesta publicação são as dos autores e não reflectem obrigatoriamente as opiniões da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura.

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura encoraja a disseminação de material contido nesta publicação, desde que seja feita referência à fonte.

O presente Manual de Formação é baseado em experiências recolhidas em numerosos seminários de formação realizadas ao abrigo do projecto FAO-LinKS¹ na África Oriental e Meridional. Este manual de formação constitui um guia conceptual para formadores que pode ser utilizado para orientá-los através dos assuntos do género e conhecimento local, que são elementos importantes para a gestão da agrobiodiversidade e para a segurança alimentar.

É aparente, quando se trabalha com este Manual de Formação, que a agrobiodiversidade e a segurança alimentar são assuntos complexos que necessitam de uma apreciação cuidadosa. O mito de que as tecnologias ensinadas aos agricultores vão aligeirar a sua pobreza e fome, porque o conhecimento ou sementes providenciadas são modernos e novos, persiste em muitos contextos. Isto leva à não materialização de resultados positivos e aos agricultores rurais serem confrontados com colheitas falhadas, ou à descoberta que a tecnologia aplicada não é a apropriada à sua situação particular.

Têm havido sucessos, é verdade, contudo, uma leitura cuidadosa dos estudos de caso contidos neste Manual, vai estimular os leitores a parar e reflectir. Em alguns casos, o equilíbrio entre os alimentos selvagens e as variedades cultivadas locais oferece melhores soluções para contextos locais e a introdução de novas tecnologias pode perturbar o equilíbrio.

Um dos resultados de participar na formação vai ser uma consciência crescente da importância do género e conhecimento local para a gestão sustentável da agrobiodiversidade. Os assuntos do género, conhecimento local e agrobiodiversidade e as suas ligações são explicados claramente. A abordagem da subsistência sustentável é usada como uma estrutura para melhor compreender estas ligações. Além disso, o Manual fornece uma visão geral das políticas, processos e instituições ao nível global que podem afectar os agricultores e a agrobiodiversidade em geral.

As fichas informativas contidas no Manual providenciam uma compreensão geral dos assuntos. Partilhar experiências e aplicar o conhecimento e a compreensão dos participantes será ainda mais importante. O Manual inclui alguns exercícios que encorajam os participantes a trazer as suas próprias experiências, partilhar as suas ideias e aplicá-las à sua própria situação de trabalho. O Manual fornece recursos a investigadores, **extensionistas** e àqueles envolvidos na implementação diária de projectos para orientarem melhor os processos que levam a uma gestão sustentável da agrobiodiversidade e a uma melhor segurança alimentar. Além disso o Manual acentua a importância de envolver os detentores do conhecimento local, tanto homens como mulheres no processo de tomada de decisão. Mais importante, para citar do Manual, eles vão recordar “que o ponto de entrada para a gestão da agrobiodiversidade são as próprias pessoas”.

Este processo participativo leva tempo, mas leva a resultados mais efectivos e sustentáveis.



Marcela Villarreal

Directora

Direcção de Género e População

Departamento do Desenvolvimento Sustentável

¹ O projecto FAO-LinKS (Género, biodiversidade e sistemas de conhecimento local para a segurança alimentar) trabalha para melhorar a segurança alimentar da população rural e para promover a gestão sustentável da agrobiodiversidade por fortalecer a capacidade das instituições para usarem abordagens participativas que reconhecem o conhecimento agrícola dos homens e mulheres nos seus programas e políticas. O projecto é financiado pelo Governo da Noruega. Para mais informação visite o sítio da Internet do projecto: www.fao/sd/links, ou envie um e-mail para links-project@fao.org.

AGRADECIMENTOS

Este Manual de Formação é um produto de uma extensiva colaboração com formadores, investigadores e agricultores

O Serviço de Desenvolvimento e de Género gostaria de agradecer aos seguintes peritos por contribuírem para o desenvolvimento dos presentes materiais.

Sabiene Guendel, Cientista Sénior, por desenvolver o Manual de Formação; aos nossos colegas das Divisões técnicas da FAO, pelo seu suporte e contribuições; a todos os autores, instituições e organizações que autorizaram gentilmente a utilização dos seus artigos e publicações. Ao Programa de Parceria FAO/Holanda (FNPP), que providenciou suportes técnicos e financeiros adicionais.

Agradecimentos especiais vão para as equipas de projecto da LinKs na Tanzânia, Moçambique e Suazilândia por contribuírem com a sua valiosa experiência.

ABREVIACÕES E ACRÓNIMOS.....	vi
INTRODUÇÃO AO MANUAL.....	vii

MÓDULO 1 Introdução de conceitos chave

1.1 O QUE É A AGROBIODIVERSIDADE?.....	3
1.2 O QUE É O CONHECIMENTO LOCAL?.....	9
1.3 O QUE É O GÉNERO?.....	15
1.4 O QUE É A SEGURANÇA ALIMENTAR?.....	21

MÓDULO 2 Gestão da agrobiodiversidade da perspectiva de uma subsistência sustentável

2.1 O QUE É A ABORDAGEM DA SUBSISTÊNCIA SUSTENTÁVEL?.....	29
2.2 QUAIS SÃO AS LIGAÇÕES ENTRE AGROBIODIVERSIDADE, CONHECIMENTO LOCAL E GÉNERO NA PERSPECTIVA DA SUBSISTÊNCIA?.....	39

MÓDULO 3 Abordagens à agrobiodiversidade, género e conhecimento local

3.1 A DINÂMICA DO GÉNERO E A AGROBIODIVERSIDADE.....	49
3.2 OS VALORES E BENEFÍCIOS DA AGROBIODIVERSIDADE NA PERSPECTIVA DO GÉNERO.....	53
3.3 RECONHECER ASPECTOS DO GÉNERO NAS INICIATIVAS DA AGROBIODIVERSIDADE.....	59

MÓDULO 4 Compreender a relação entre a agrobiodiversidade e o conhecimento local

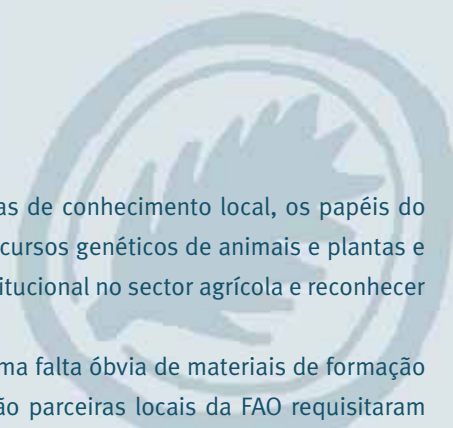
4.1 O CONHECIMENTO LOCAL COMO PARTE DA AGROBIODIVERSIDADE.....	69
4.2 DESAFIOS PARA O CONHECIMENTO LOCAL – COMPREENDENDO O CONTEXTO DA VULNERABILIDADE.....	75
4.3 DESENVOLVER O CONHECIMENTO LOCAL E A AGROBIODIVERSIDADE – POLÍTICAS, INSTITUIÇÕES E PROCESSOS.....	79

MÓDULO 5 Género, perda de biodiversidade, e a conservação perdendo terreno

5.1 OPINIÕES CONTRÁRIAS SOBRE O GÉNERO, A AGROBIODIVERSIDADE E A SEGURANÇA ALIMENTAR.....	95
---	----

ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

CBD	Convenção sobre Diversidade Biológica
CEDAW	Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra Mulheres
CIP	Centro Internacional da Batata
COP	Conferência das Partes
DFID	Departamento para o Desenvolvimento Internacional (Reino Unido)
ESEAP	Gabinete Regional para o Este, Sudeste e o Pacífico
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
GPA	Plano Global de Acção
GTZ	Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit GmbH
IC	Comité Intergovernamental
ICESR	Convenção Internacional sobre os Direitos Sociais e Culturais
IDRC	Centro de Investigação em Desenvolvimento Internacional (Canadá)
IITA	Instituto Internacional de Agricultura Tropical
IK	Conhecimento Indígena
ILO/OIT	Organização Internacional do Trabalho
IP	Propriedade Intelectual
IPGRI	Instituto Internacional de Recursos Genéticos de Plantas
ISNAR	Serviço Internacional para a Investigação de Agricultura Nacional
ITPGRFA	Tratado Internacional sobre Recursos Genéticos de Plantas para a Alimentação e Agricultura
IU	Tarefa Internacional sobre Recursos Genéticos de Plantas
IUCN	União de Conservação do Mundo
KEPDA	Associação Pastoral Económica de Desenvolvimento do Quênia
NGO/ONG	Organização Não Governamental
NRI	Instituto dos Recursos Naturais (Reino Unido)
ODI	Instituto de Desenvolvimento Além-mar (Reino Unido)
PGR	Recursos Genéticos de Plantas
PGRFA	Recursos Genéticos de Plantas na Alimentação e Agricultura
PIC	Consentimento Informado Prévio
PIPs	Políticas, Instituições e Processos
SEAGA	Programa de Análise Sócio-económico e Género
SEARICE	Iniciativas Regionais do Sudeste da Ásia para o Empowerment das Comunidades
SL	Subsistência Sustentável
SNNPR	Região do Povo, Nacionalidades e Nações do Sul
TK	Conhecimento Tradicional
TRIPS	Acordo de Propriedade Intelectual Relacionado com o Comércio
UNEP	Programa Ambiental das Nações Unidas
UPOV	União para a Protecção das Variedades Vegetais
UPWARD	Perspectivas dos Utilizadores com o Desenvolvimento e Investigação Agrícola
WTO/OMC	Organização Mundial do Comércio



PROPÓSITO DO MANUAL

Este manual de formação foca especificamente as ligações entre os sistemas de conhecimento local, os papéis do género e suas relações, a conservação e gestão da agrobiodiversidade, os recursos genéticos de animais e plantas e a segurança alimentar. O objectivo da formação é fortalecer a capacidade institucional no sector agrícola e reconhecer e encorajar estas ligações nos programas e políticas relevantes.

Outros manuais podem abordar estes mesmos assuntos, mas, existe uma falta óbvia de materiais de formação que contemplem todos os três tópicos. Além disso, as organizações que são parceiras locais da FAO requisitaram materiais de formação específicos que foquem estes assuntos transversais. Acreditamos, fortemente, que uma compreensão mais aprofundada dos conceitos chave e suas interligações nos irá levar a um aperfeiçoamento do planeamento e implementação de projectos.

Portanto, este manual está direccionado a explorar as ligações entre a agrobiodiversidade, o género e o conhecimento local e a mostrar a sua relevância no contexto da investigação e desenvolvimento. Este manual não irá equipá-lo com as capacidades necessárias realizar uma investigação participativa ou activa ao nível do campo, nem providenciará métodos e ferramentas de pesquisa. Contudo, foi elaborado para complementar as ferramentas, métodos e abordagens dos manuais existentes, tais como o material do manual para análise sócio-económica e de género da FAO/SEAGA (www.fao.org/sd/seaga).

AUDIÊNCIA ALVO

Este manual é dirigido a um grupo alvo alargado. Esperamos que seja útil como um guia conceptual para formadores, como um material de recurso para participantes em cursos de formação (principalmente investigadores e extensionistas) e como material de referência para outros que trabalhem no contexto da gestão da agrobiodiversidade, género e conhecimento local. Apesar de este manual ter sido escrito para o projecto Links² na África Oriental e Meridional, o seu conteúdo é de relevância global.

ORGANIZAÇÃO DO MÓDULO

O manual está dividido em cinco módulos. Cada módulo contém fichas informativas³ que abordam aspectos importantes e a interligação entre a agrobiodiversidade, o género e o conhecimento local. Estas fichas informativas incluem exemplos de pequenos casos para mostrarem na prática a relevância dos tópicos. A lógica por detrás desta estrutura é a de permitir o uso flexível do manual. Cada ficha informativa contém, no fim, uma lista dos pontos-chave para ajudar o utilizador a sintetizar a informação contida no manual. Dependendo da exigência e da necessidade dos participantes, alguns módulos podem ser acrescentados ou retirados. Um conjunto breve de linhas gerais dos cinco módulos está descrito a seguir.

¹ O projecto Links trabalha para melhorar a segurança alimentar da população rural e promover a gestão sustentável da agrobiodiversidade por fortalecer a capacidade das instituições de usarem abordagens participativas que reconhecem o conhecimento agrícola de homens e mulheres no seu programa e políticas. As três áreas de actividade principais são a construção de capacidade e formação, investigação e comunicação e apoio. O projecto é financiado pelo Governo da Noruega. Para mais informação sobre o projecto LinKS, por favor ver www.fao.org/sd/links

² Estas folhas com informação factual também estão disponíveis em folhetos, que estão na pasta em separado, para os participantes.

INTRODUÇÃO AO MANUAL

As páginas guia adicionais do formador (páginas com informação processual) têm o objectivo de ajudar o formador a estruturar e planear cada módulo do ponto de vista do processo de formação. Queremos encorajar os formadores a adaptarem o material de formação a cada situação única de formação e à necessidade de informação e exigências dos participantes. São dadas ideias para exercícios nas páginas com informação processual que podem ser adaptadas aos diferentes actos de formação. Os exercícios marcados com (a) são exercícios básicos que podem ser desenvolvidos se o tempo for limitado. Os exercícios marcados com (b) requerem mais tempo e podem ser adicionados se houver tempo disponível. É importante mostrar aos participantes, desde o início, que a abordagem da formação é baseada na partilha mútua de conhecimento e informação. Além disso, ao longo da formação o conhecimento tanto de formadores como de participantes é igualmente respeitado e valorizado.

Os **pontos-chave** fornecidos no fim de cada ficha informativa são para ser usados como lista de controlo. Isto vai assegurar que todas as questões chave foram desenvolvidas e ajudar o formador a monitorar o processo de aprendizagem dos participantes.

São sugeridas **leituras chave** para cada módulo. Estas podem fazer parte dos exercícios dos alunos ou podem servir como fonte de informação adicional sobre os tópicos apresentados.

MÓDULO 1 introduz os conceitos chave de agrobiodiversidade, género e conhecimento local no contexto da segurança alimentar melhorada e fornece uma visão geral dos assuntos principais.

MÓDULO 2 introduz o modelo da subsistência sustentável como uma ferramenta analítica de forma a explorar as ligações entre a agrobiodiversidade, género e conhecimento local.

MÓDULO 3 concentra-se nas interligações entre a agrobiodiversidade e o género. Explora a complexidade desta relação de uma perspectiva da subsistência.

MÓDULO 4 analisa a relação entre a agrobiodiversidade e o conhecimento local de uma perspectiva da subsistência e explora a natureza dinâmica destas interligações.

MÓDULO 5 fornece um estudo de caso que reflecte aspectos conceptuais abordados nos módulos anteriores.

RECURSOS ÚTEIS DE FORMAÇÃO ADICIONAIS:

O manual Intermédio da Análise Socio-Económica e de Género ASEG (FAO) foi escrito para os planeadores de desenvolvimento em todos os tipos de sector, tanto grupos públicos como privados, incluindo os ministérios governamentais e grupos comunitários. É desenvolvido para ajudar pequenas e médias empresas, tais como os grupos baseados na comunidade. Alguns gabinetes ou ministérios poderão achar as ideias úteis. Os conceitos e ferramentas de análise incluídos neste livro focam a mudança do planeamento e implementação participativa, que toma em consideração as diferenças nas relações e nos papéis do género e outras características sócio-económicas de vários grupos de intervenientes. O livro encoraja a aplicação prática dos conceitos e ferramentas da Análise Socio-Económica e de Género ASEG. Fonte: <http://www.fao.org/sd/seaga/downloads/en/intermediateen.pdf>

Law and policy of relevance to the management of plant genetic resources (S. Bragdon, C. Fowler and Z. Franca (Eds) SGRP, IPGRI, ISNAR Módulo de Ensino. Fonte: IPGRI/ ISNAR

A abordagem da Subsistência Sustentável (SL) é um modelo desenvolvido pelo Departamento para o Desenvolvimento Internacional (DFID) do Reino Unido, para assegurar que a população e as suas prioridades estejam no centro do desenvolvimento. Estas páginas guia têm como intenção ser um recurso para ajudar a explicar e fornecer ferramentas para a implementação da abordagem da subsistência sustentável ao desenvolvimento.

Fonte: www.livelihoods.org/info/info_guidancesheets.html ou www.livelihoods.org/info/info_distancelearning.html

INTRODUÇÃO DE CONCEITOS CHAVE

1.1 O QUE É A AGROBIODIVERSIDADE?3

Pontos-chave para a ficha informativa 1.1

Página com informação processual 1.1 – Notas para o facilitador

1.2 O QUE É O CONHECIMENTO LOCAL?9

Pontos-chave para a ficha informativa 1.2

Página com informação processual 1.2 – Notas para o facilitador

1.3 O QUE É O GÊNERO?15

Pontos-chave para a ficha informativa 1.3

Página com informação processual 1.3 – Notas para o facilitador

1.4 O QUE É A SEGURANÇA ALIMENTAR?21

Pontos-chave para a ficha informativa 1.4

Página com informação processual 1.4 – Notas para o facilitador

Leituras Chave
Referências



O QUE É A AGROBIODIVERSIDADE?

A agrobiodiversidade é o resultado dos processos de selecção natural, da selecção cuidada e dos desenvolvimentos inventivos de agricultores, criadores de gado e pescadores ao longo de milénios. A agrobiodiversidade é um subgrupo vital da biodiversidade. Muitos dos alimentos e da protecção da subsistência das populações depende da gestão sustentável de vários recursos biológicos diversos que são importantes para a alimentação e agricultura. A agrobiodiversidade, também conhecida como biodiversidade agrícola ou recursos genéticos para a alimentação e agricultura, inclui:

- Variedades de produtos colhidos, raças de gado, espécies de peixe e recursos não domesticados (selvagens) dos campos, florestas, extensões de terra incluindo produtos das árvores, animais selvagens caçados para alimentação e nos ecossistemas aquáticos (exemplo. peixe selvagem);
- Espécies não colhidas dentro da produção dos ecossistemas que apoiam a provisão de alimentos, incluindo os microorganismos terrestres, polinizadores e outros insectos, tais como, abelhas, borboletas, minhocas, pulgões, etc.); e
- Espécies não colhidas no ambiente mais vasto que apoiam os ecossistemas de produção de alimentos (ecossistemas agrícolas, pastorais, florestais e aquáticos).

[Caixa 1] A AGROBIODIVERSIDADE É CENTRAL À BIODIVERSIDADE TOTAL



A biodiversidade agrícola resulta da interacção entre o ambiente, recursos genéticos e os sistemas de gestão e práticas utilizados pelas populações culturalmente diversas, resultando então em diferentes formas de utilização da terra e água para a produção. Mais ainda, a agrobiodiversidade engloba a variedade e diversidade de animais, plantas e microorganismos que são necessários para sustentar as funções chave, as estruturas e os processos do ecossistema agrícola e como apoio da produção e segurança alimentar (FAO, 1999a). O conhecimento local e a cultura podem, portanto, ser considerados partes integrantes da agrobiodiversidade, porque é a actividade humana da agricultura que molda e conserva esta biodiversidade.



[Caixa 2] UMA DEFINIÇÃO DE AGROBIODIVERSIDADE

A variedade e diversificação dos animais, plantas e microorganismos utilizados directamente ou indirectamente para alimentação e agricultura, incluindo colheitas, gado, silvicultura e pesca. Inclui a diversidade dos recursos genéticos (variedades, raças) e espécies utilizados para a alimentação, forragem, fibra, combustível e fins terapêuticos. Inclui também a diversidade das espécies não colhidas que apoiam a produção (microorganismos terrestres, predadores, polinizadores) e os do ambiente mais vasto que apoia os ecossistemas agrícolas (agrícolas, pastorais, florestais e aquáticos), assim como a diversidade dos próprios ecossistemas agrícolas.

Muitos agricultores, especialmente os que se localizam em ambientes onde as colheitas de alto rendimento e criação de variedades de gado não prosperam, contam com uma vasta gama de tipos de colheitas e gado. Isso ajuda-os a manter a sua subsistência no caso de encararem uma infestação patogénica, chuvas incertas, flutuação dos preços de compra de cereais, perturbações sócio-políticas e a disponibilidade imprevisível dos produtos químicos agrícolas. As chamadas colheitas menores ou subutilizadas (mais precisamente, colheitas companheiras) são frequentemente encontradas próximas da cultura principal ou de rendimento. Elas crescem, frequentemente, lado a lado e a sua importância é, muitas das vezes, mal avaliada. Em muitos casos não são menores nem sub-utilizadas na perspectiva da subsistência, por poderem representar, desproporcionalmente um papel importante nos sistemas de produção de alimentos ao nível local. As plantas que irão crescer em solos inférteis ou desgastados, e o gado que irá comer vegetação degradada, são, muitas das vezes cruciais às estratégias nutricionais das famílias. Mais ainda, as comunidades rurais e os mercados urbanos com os quais estabelecem comércio, fazem um grande uso destas espécies de colheita companheira.

[Caixa 3] A COLECTA DE PLANTAS SILVESTRES PARA O CONSUMO DAS FAMÍLIAS

Em Burkina Faso e por todo o Sahel do Oeste Africano, por exemplo, as mulheres rurais colhem cuidadosamente as frutas, folhas e raízes das plantas nativas, como a árvore do baobá (*Adansonia digitata*), folhas vermelhas do cavalo marrom-avermelhado (*Hibiscus sabbarifa*), folhas da paina (*Ceiba pentandra*) e bolbos tigrernut (*Cyperus esculentus L.*) para uso na dieta das suas famílias, completando os grãos agrícolas (milhete, sorgo) que fornecem apenas uma parte de espectro nutricional e pode falhar num ano qualquer. Mais de 800 espécies de plantas silvestres comestíveis estão catalogadas através do Sahel.

Fonte: IK Notes No. 23.

Existem muitas características que são distintas da biodiversidade agrícola quando comparadas com outras componentes da biodiversidade:

- ⊗ A agrobiodiversidade é gerida activamente por agricultores de ambos os sexos;
- ⊗ Muitos componentes da biodiversidade agrícola não sobreviveriam sem esta interferência humana; o conhecimento local e a cultura são partes integrantes da gestão da biodiversidade agrícola;
- ⊗ Muitos sistemas agrícolas economicamente importantes estão baseados em colheitas ou espécies de gado introduzidas de outras partes (por exemplo, os sistemas de produção de horticulturas ou as vacas Frísias em África). Isto cria um alto grau de interdependência entre países para os recursos genéticos nos quais os nossos sistemas de alimentação estão baseados;
- ⊗ Com respeito às diversidades das colheitas, a diversidade dentro das espécies é, pelo menos, tão importante como a diversidade entre as espécies;



- Ⓞ Devido ao grau de gestão humana, a conservação da biodiversidade agrícola nos sistemas de produção está inerentemente ligada ao uso sustentável – a preservação através do estabelecimento de áreas protegidas é de menor relevância;
- Ⓞ Nos sistemas agrícolas do tipo industrial, muita diversidade das colheitas é agora guardada ex-situ em materiais de bancos de genes ou de reprodutores em vez de nas quintas.

A caixa seguinte apresenta uma visão geral das funções principais da agrobiodiversidade. Nem todos os papéis na lista terão relevância numa dada situação, mas podemos utilizar esta lista como lista de controlo para dar prioridade àqueles que são cruciais no nosso projecto/situação de trabalho.

[Caixa 4] A FUNÇÃO DA BIODIVERSIDADE AGRÍCOLA

A experiência e a investigação demonstraram que a biodiversidade agrícola pode:

- Ⓞ Aumentar a produtividade, a segurança alimentar e as receitas económicas;
- Ⓞ Reduzir a pressão da agricultura nas áreas frágeis, nas florestas e espécies em perigo;
- Ⓞ Tornar os sistemas de agricultura mais estáveis, robustos e sustentáveis;
- Ⓞ Contribuir para a gestão sadia de pestes e doenças;
- Ⓞ Conservar o solo e aumentar a sua fertilidade e saúde natural;
- Ⓞ Contribuir para uma intensificação sustentável;
- Ⓞ Diversificar produtos e oportunidades de rendimento;
- Ⓞ Reduzir ou dispersar riscos a indivíduos e nações;
- Ⓞ Ajudar a maximizar o uso efectivo de recursos e do meio ambiente;
- Ⓞ Reduzir a dependência nos investimentos externos;
- Ⓞ Melhorar a nutrição humana e fornecer fontes de medicamentos e vitaminas; e
- Ⓞ Conservar a estrutura do ecossistema e a estabilidade da diversidade das espécies.

(Adaptado de Thrupp)

O QUE É QUE ESTÁ A ACONTECER À AGROBIODIVERSIDADE?

Localmente, os sistemas diversos de produção de alimentos estão ameaçados, incluindo, o conhecimento local, a cultura e os conhecimentos dos produtores de alimentos, de ambos os sexos. Com este declínio, a biodiversidade agrícola está a desaparecer, a escala da perda é extensa. Com o desaparecimento das espécies de colheitas, variedades e raças também desaparecem uma vasta gama de espécies não colhidas.

[Caixa 5] 100 ANOS DE MUDANÇA AGRÍCOLA:

Algumas tendências e números relacionados com a biodiversidade agrícola

- Ⓞ 75% da diversidade genética de plantas foi perdida desde os anos 1900 quando os agricultores mundiais abandonaram as suas múltiplas variedades locais e “raças da terra” por variedades geneticamente uniformes de alto rendimento.
- Ⓞ 30% de raças de gado estão em risco de extinção; seis raças são perdidas mensalmente.
- Ⓞ Actualmente, 75% dos alimentos mundiais são gerados de apenas 12 plantas e cinco espécies de animais.
- Ⓞ Dos 4% das 250 000 a 300 000 espécies de plantas comestíveis conhecidas, apenas 150 a 200 são utilizadas pela espécie humana e apenas três – arroz, milho e trigo – contribuem, com aproximadamente 60% das calorías e proteínas obtidas das plantas por seres humanos.
- Ⓞ Os animais fornecem uns 30% dos requisitos humanos para alimentos e agricultura e 12% da população mundial vive quase inteiramente dos produtos dos ruminantes.

Fonte: FAO. 1999b



Mais de 90% de variedades de culturas desapareceram dos campos dos agricultores; metade das raças de muitos animais domésticos foi perdida. Nas áreas de pesca, todas as 17 zonas mundiais principais de pesca são actualmente exploradas nos seus limites sustentáveis ou acima deles, com muitas populações de peixe que se tornam efectivamente extintas. A perda da cobertura florestal, terrenos húmidos costeiros e outras áreas selvagens não cultivadas, e a destruição do meio ambiente aquático, também agrava a erosão genética da biodiversidade agrícola.

Os campos de pousio e terras selvagens podem suportar grande número de espécies úteis aos agricultores. Para além do fornecimento de calorias e proteínas, os alimentos silvestres fornecem vitaminas e outros micro-nutrientes essenciais. Geralmente, as famílias pobres dependem mais do acesso aos alimentos silvestres, do que as ricas (ver a tabela 1). Contudo, em algumas áreas, a pressão sobre a terra é tão grande que até o stock de alimentos silvestres se esauriu.

O termo “alimento silvestre”, embora geralmente usado, é erróneo porque implica a ausência da influência e gestão humana. Ao longo do tempo, as pessoas moldaram, indirectamente, muitas plantas. Algumas foram domesticadas em jardins caseiros e nos campos, juntamente com a comida e as colheitas de rendimento cultivadas pelos agricultores. Portanto, o termo “alimento silvestre” é utilizado para descrever todos os recursos de plantas que são colhidos ou colectados para o consumo humano fora das áreas agrícolas, nas florestas, savanas e outras áreas de matagal. Os alimentos silvestres estão incorporadas nas estratégias de subsistência normais de muitas populações rurais, sejam elas pastorais, semi-nómadas, colectores contínuos ou caçadores recolectores. O alimento silvestre é geralmente considerado como um suplemento dietético adicional no padrão do consumo de alimentos diários dos agricultores, geralmente baseado na colheita das suas culturas, produtos de animais domésticos e na compra de alimentos nos mercados locais. Por exemplo, as frutas e bagas, da vasta gama de plantas silvestres são tipicamente referenciadas de “alimento silvestre”. As frutas e bagas silvestres acrescentam vitaminas cruciais à dieta etíope normal de cereais, deficiente de vitaminas, particularmente no caso das crianças.


[Tabela 1]

Proporção de alimentos provenientes de produtos silvestres em famílias com diferentes graus de rendimento


Local da pesquisa	Data	Pobre %	Média %	Rica%
• Wollo – Dega, Etiópia	1999	0–10	0–10	0–5
• Jaibor, Sudão	1997	15	5	2–5
• Chitipa, Malawi	1997	0–10	0–10	0–5
• Ndoywo, Zimbabwe	1997	0–5	0	0

Fonte: Biodiversity in development


Existem várias causas para este declínio na agrobiodiversidade. Ao longo do século 20 este declínio acelerou, em paralelo com exigências crescentes de uma população cada vez maior e uma maior competição por recursos naturais. As causas base principais incluem:

- 
A rápida expansão da agricultura industrial e da Revolução Verde agrícola. Isto inclui a produção intensiva de gado, áreas de pesca industriais e aquacultura. Alguns sistemas de produção utilizam variedades e raças modificadas geneticamente. Além disso, relativamente poucas variedades de culturas são cultivadas em monoculturas e um número limitado de raças de animais domésticos, ou peixe, são criados ou são cultivadas poucas espécies aquáticas.



 **A globalização do sistema e marketing da alimentação.** A extensão do patenteamento industrial e outros sistemas de propriedade intelectual a organismos vivos levou a uma difusão do cultivo e à criação de poucas variedades e raças. Isto resulta num mercado global mais uniforme, menos diverso, mas mais competitivo. Como consequência, tem havido:

- ⊗ Mudanças nas percepções, nas preferências e nas condições de vida dos agricultores e consumidores;
- ⊗ Marginalização de sistemas de produção de alimentos diversos de pequena escala que conservam as variedades das culturas e raças dos animais domésticos dos agricultores;
- ⊗ Integração reduzida de gado na produção arável o que reduz a diversidade dos usos para os quais o gado é necessário
- ⊗ Uso reduzido de técnicas de pesca “para alimentação” que conservam e desenvolvem a biodiversidade aquática.

 A causa principal da erosão genética nas culturas, conforme reportado por quase todos os países, é **a substituição das variedades locais pelas variedades e espécies aperfeiçoadas ou exóticas**. Frequentemente, a erosão genética ocorre quando as variedades antigas são substituídas por novas., nos campos dos agricultores. Os genes e os complexos genéticos encontrados nas diversas variedades dos agricultores não são inteiramente contidos nas variedades modernas. Muitas vezes, o número de variedades é reduzido quando as variedades comerciais são introduzidas nos sistemas agrícolas tradicionais. Enquanto, segundo a FAO (1996), alguns indicadores da erosão genética foram desenvolvidos, poucos estudos sistemáticos da erosão genética da diversidade genética da culturas foram feitos. Além do mais, nos Relatórios dos Países da FAO (1996) quase todos os países confirmam que a erosão genética está a ocorrer e é um problema sério.

Pontos-Chave

- A agrobiodiversidade é um subgrupo vital da biodiversidade que é desenvolvida e gerida activamente pelos agricultores, pastores e pescadores.
- Muitos componentes da biodiversidade agrícola não sobreviveriam sem esta interferência humana; o conhecimento local e a cultura são partes integrantes da gestão da agrobiodiversidade.
- Muitos sistemas agrícolas economicamente importantes estão baseados em culturas ou espécies de gado alheias, introduzidas de outros locais (por exemplo, sistemas de produção hortícolas ou vacas frísias em África). Isto cria um alto grau de interdependência entre os países para os recursos genéticos nos quais os nossos sistemas de alimentação são baseados;
- Em relação à diversidade das colheitas, a diversidade dentro das espécies é, pelo menos, tão importante quanto a diversidade entre as espécies;
- Os sistemas locais diversos de produção de alimentos estão ameaçados e, com eles, o conhecimento local acompanhante, a cultura e os conhecimentos dos produtores de alimentos;
- A perda da cobertura florestal, terrenos húmidos costeiros e outras áreas selvagens não cultivadas e a destruição do meio ambiente aquático, exacerbam a erosão genética da biodiversidade agrícola;
- A causa principal da erosão genética nas culturas, como reportada por quase todos os países, é a substituição das variedades locais pelas variedades e espécies exóticas ou melhoradas.



1.1 PÁGINA COM INFORMAÇÃO PROCESSUAL – NOTAS PARA O FACILITADOR

OBJECTIVO: A ficha informativa 1.1 fornece uma introdução e uma visão geral da agrobiodiversidade. Ela introduz as definições do conceito e descreve as diferentes componentes e dinâmicas da biodiversidade agrícola. O objectivo geral é estabelecer uma compreensão partilhada entre os participantes dos termos e conceitos relevantes.

OBJECTIVOS DA APRENDIZAGEM: Os participantes adquiram um nível partilhado de compreensão dos termos e conceitos relevantes relacionados com a agrobiodiversidade.

PROCESSO: A ficha informativa 1.1, deve ser disponibilizada e circular entre os participantes depois da sessão. Isto deve ajudá-los a explorar os conceitos, do ponto de vista do seu próprio background de trabalho, sem serem influenciados pela informação fornecida. É importante mostrar aos participantes, desde o início, que a abordagem da formação é baseada na partilha mútua de conhecimento e informação. Além disso, o conhecimento dos formadores e participantes é valorizado e respeitado de forma igual.

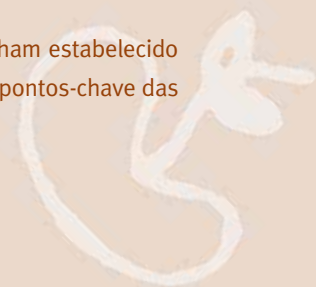
- 1) Dependendo da disponibilidade temporal¹, os participantes podem ser convidados a:
 - a) Nomear componentes/exemplos de agrobiodiversidade. Isto teria lugar na forma de uma actividade de “brainstorming”. A informação gerada durante este exercício pode ser então organizada conjuntamente e servir como base a uma apresentação mais formal.
 - b) Em grupos pequenos, desenvolverem mapas de sistemas agrícolas em que diferentes componentes da agrobiodiversidade estão localizadas. Estes mapas podem então ser mostrados e partilhados com os outros participantes.
- 2) Este exercício pode ser seguido de uma apresentação em acetatos/Power Point cobrindo as definições e as diferenças entre a agrobiodiversidade e a biodiversidade em geral.
- 3) Depois seria útil discutir as dinâmicas e as tendências na biodiversidade agrícola. Isto pode ser baseado:
 - a) Nas discussões gerais entre os participantes das dinâmicas e tendências na agrobiodiversidade.
 - b) Nos mapas desenvolvidos pelos participantes, indicando mudanças passadas e tendências.
- 4) Os pontos-chave devem ser extraídos da discussão em conjunto com os participantes.
- 5) Finalmente, o facilitador pode apresentar os pontos-chave de aprendizagem da ficha informativa 1.1.

Seria útil integrar outros estímulos visuais, tais como vídeos ou slides para aumentar o interesse e o envolvimento dos participantes.

RESULTADOS ESPERADOS: Os participantes compreendam o conceito de agrobiodiversidade. Que tenham estabelecido uma compreensão partilhada de assuntos e termos chave. Para mais detalhes por favor remeter para os pontos-chave das páginas com informação factual 1.1.

TEMPO NECESSÁRIO: É sugerido um mínimo de 3 horas para a ficha informativa 1.1.

¹ São fornecidas ideias para exercícios nas páginas com informação processual, que podem ser adaptados a diferentes actos de formação. Os exercícios marcados com a) são exercícios básicos que podem ser desenvolvidos se o tempo disponível for limitado. Os exercícios marcados com b) podem ser adicionados se houver tempo disponível.





O QUE É O CONHECIMENTO LOCAL?

O conhecimento local é o conhecimento que os povos duma determinada comunidade desenvolveram ao longo do tempo, e continuam a desenvolver. Ele é:

- ⦿ Baseado na experiência
- ⦿ Testado muitas vezes ao longo de séculos
- ⦿ Adaptado à cultura e ao meio ambiente local
- ⦿ Englobado nas práticas da comunidade, instituições, relações e rituais
- ⦿ Detido por indivíduos ou comunidades
- ⦿ Dinâmico e evolutivo

O conhecimento local não está confinado a grupos tribais ou aos habitantes nativos da área. Não está sequer confinado às populações rurais. Em vez disso, todas as comunidades – rurais e urbanas, sedentárias e nômadas, habitantes nativos e emigrantes, possuem conhecimento local. Existem outros termos tais como *conhecimento tradicional* ou *conhecimento indígena*, que estão muito relacionados ou mesmo sinónimos do conhecimento local. Escolhemos o termo conhecimento local, porque aparenta ser menos enviesado em termos do seu conteúdo ou origem. Ao compreender um conjunto maior de sistemas de conhecimento, este inclui aqueles classificados como *tradicionais* ou *indígenas*.

[Caixa 1] CONHECIMENTO LOCAL, TRADICIONAL E INDÍGENA

O **conhecimento local** é uma colecção de factos e relaciona-se com todo o sistema de conceitos, crenças e percepções que as populações têm sobre o mundo a sua volta. Isto inclui a maneira como elas observam e medem o que os rodeia, como elas resolvem os seus problemas, e validam novas informações. Inclui também os processos através dos quais o conhecimento é gerado, armazenado, aplicado e transmitido aos outros.

O conceito de **conhecimento tradicional** implica que as populações que vivem nas zonas rurais estão isoladas do resto do mundo e que os seus sistemas de conhecimento são estáticos e não interagem com outros sistemas de conhecimentos.

Os sistemas de **conhecimento indígena** estão muitas vezes associados com as populações nativas. Este conceito é particularmente limitador para as políticas, projectos e programas que procuram trabalhar com os agricultores rurais de uma forma geral. Mais ainda, em alguns países, o termo “indígena” tem uma conotação negativa, por estar associado com “atraso” ou tem uma conotação étnica ou política.

Fontes: Warburton and Martin



Os sistemas de conhecimento são dinâmicos, as populações adaptam-se a mudanças no seu meio ambiente e absorvem e assimilam ideias de uma variedade de fontes. Contudo, o conhecimento e o acesso ao conhecimento não estão distribuídos igualmente ao longo de uma comunidade ou entre as comunidades. As populações podem ter diferentes objectivos, interesses, percepções, crenças e acesso à informação e aos recursos. O conhecimento é gerado e transmitido através de interações dentro de contextos sociais e agro-ecológicos específicos. Está ligado ao acesso e ao controlo do poder. As diferenças de estatuto social podem afectar as percepções, o acesso ao conhecimento e, crucialmente, a importância e a credibilidade ligados ao que um indivíduo sabe. O conhecimento das populações pobres rurais, especialmente de mulheres é, muitas vezes, negligenciado e ignorado.

[Caixa 2] PLANTAS SILVESTRES NO SUL DA ETIÓPIA

As populações rurais da Etiópia estão dotadas de um conhecimento profundo do uso de plantas silvestres. Isto é particularmente verdadeiro para o uso de plantas selvagens e medicinais, algumas das quais são consumidas durante as secas, guerras e outras dificuldades. Os mais velhos, e outros membros conhecedores da comunidade, são as fontes chave ou “reservatórios” dos conhecimentos sobre plantas. O consumo de alimentos silvestres é ainda muito comum nas zonas rurais da Etiópia, particularmente por crianças. Entre os frutos silvestres mais comuns consumidos por crianças, existem, por exemplo, frutas do *Ficus spp*, *Carissa edulis* e espécies de plantas *Rosa abyssinica*.

O consumo de plantas silvestres aparenta ser mais comum e difundido nas áreas que sofrem de insegurança alimentar, onde uma vasta gama de espécies é consumida. A associação criou a noção de “alimentos de fome”, plantas consumidas apenas em tempos de crise de alimentos e que são, portanto, um indicador das condições de fome. As populações locais conhecem a importância e a contribuição das plantas silvestres para a sua dieta alimentar. Elas também sabem estar alerta contra possíveis problemas de saúde, tais como a irritação estomacal, que ocasionalmente ocorrem depois do consumo de certas plantas silvestres.

Por exemplo, a *Balanites aegyptiaca* (“bedena” em Amharico), uma árvore sempre-verde, com cerca de 10 a 20 metros de altura, é típica desta categoria. Os seus frutos são consumidos a qualquer altura por crianças quando estão maduros, e também, por adultos em períodos de falta de alimentos. Os rebentos novos, que crescem sempre durante a época seca, são geralmente utilizados como forragem animal. Mas em períodos de escassez de alimentos, as populações cortam os rebentos e folhas mais novas e suculentas e cozinham-nas como couve. As populações das zonas propensas à seca do sul da Etiópia também aplicam estes hábitos de consumo aos frutos e folhas novas da *Solanium nigrum* (sombra nocturna negra), uma erva pequena anual e à *Syzygium guineense* (árvore de bagas de água), uma árvore com folhas densas, florestal e frondosa de cerca de 20 metros de altura.

Em algumas partes do sul da Etiópia, o consumo de plantas silvestres aparenta ser uma das estratégias importantes de sobrevivência local. Isto parece ter-se intensificado devido aos choques climáticos repetitivos que atrasaram a produção agrícola, levando à escassez de alimentos. O maior consumo de alimentos silvestres ajuda as populações a lidarem melhor com chuvas erráticas e fora de hora. Elas são capazes de encarar vários anos consecutivos de seca, sem enfrentarem uma escassez severa de alimentos, fome e esgotamento geral dos bens, como acontece noutras zonas da Etiópia. A chave para esta estratégia de sobrevivência é a colecção e consumo de plantas silvestres que se encontram em terras baixas não cultivadas, tais como, matas, florestas e áreas pastorais. Nas terras médias e altas, mais densamente povoadas e usadas mais intensamente, uma grande variedade destas plantas indígenas foi domesticada para consumo caseiro e uso medicinal. A Etiópia do sul, e particularmente as *weredas*² especiais do Konso, Derashe e Burji, e partes das SNNPR (Nações, Nacionalidades e Regiões Populacionais Sulistas), podem ainda ser consideradas parte destas chamadas zonas quentes da biodiversidade na Etiópia.

Fonte: Guinand and Lemessa

² As unidades administrativas básicas na Etiópia, que equivalem a um distrito



O conhecimento local é exclusivo a todas culturas ou sociedades; Os mais velhos e os mais novos possuem tipos diferentes de conhecimento. As mulheres e homens, agricultores e mercadores, populações educadas e não educadas todas têm diferentes tipos de conhecimentos.

- 🍷 O **conhecimento comum** é detido pela maior parte da população numa comunidade; por exemplo, quase toda gente sabe como cozinhar arroz (ou a comida local principal).
- 🍷 O **conhecimento partilhado** é detido por muitos, mas não por todos, os membros da comunidade; por exemplo, os criadores de gado irão saber mais sobre os cuidados e gestão básica animal do que os que não têm gado.
- 🍷 O **conhecimento especializado** é detido por umas poucas pessoas que podem ter tido uma formação ou uma aprendizagem especial; por exemplo, apenas poucas aldeões se tornarão curandeiros, parteiras ou ferreiros.

O tipo de conhecimento que as populações têm está relacionado com a idade, género, ocupação, divisão de tarefas dentro da família, empresas ou comunidades, estatuto sócio-económico, experiência, meio ambiente, história, etc. Isto tem implicações importantes para os trabalhos de investigação e desenvolvimento. Para descobrir o que as populações sabem, temos de identificar as pessoas certas a inquirir. Por exemplo, se os rapazes praticam a pastorícia, eles podem saber melhor onde é que se localizam as melhores zonas de pastagem do que os seus pais. Se perguntarmos aos pais para nos mostrarem as boas zonas de pastagem, podemos obter apenas informações parciais. Os profissionais do desenvolvimento, algumas vezes pensam que as populações sabem muito pouco, quando, de facto foram entrevistadas as pessoas erradas.

É importante perceber que o conhecimento local – como acontece com outros tipos de conhecimento – é dinâmico e está constantemente em mudança, à medida que se adapta a um meio ambiente variável. Porque o conhecimento local muda ao longo do tempo é, por vezes, difícil decidir se a tecnologia ou prática é local ou adoptada de fora, ou se é uma mistura de componentes locais e adoptados. Em muitos casos a última situação é mais provável. Contudo, para um projecto de desenvolvimento, não importa se a prática é local ou já está misturada com conhecimento introduzido. O que é importante antes de se procurar por tecnologias e soluções fora da comunidade, é olhar primeiro para o que está disponível dentro da comunidade. Baseada nesta informação, pode ser feita a decisão do tipo de informação mais relevante para a situação específica. É mais provável que seja uma combinação de diferentes fontes de conhecimentos e tipos de informação.

Mais uma vez, isto tem implicações importantes para o processo de pesquisa e do desenvolvimento. Não é suficiente documentar o conhecimento local existente. É igualmente importante compreender como é que este conhecimento se adapta, se desenvolve e muda com o tempo. Também é significativo saber como este conhecimento é comunicado e por quem, tanto dentro como fora da comunidade

PORQUE É QUE O CONHECIMENTO LOCAL É IMPORTANTE?

O conhecimento local é o capital humano, tanto das populações urbanas como rurais. É o bem principal que eles investem na batalha pela sobrevivência, para produzir alimentos, para providenciar abrigo ou para obter controlo das suas próprias vidas. Contribuições significativas para o conhecimento global tiveram origem nas populações locais, por exemplo, na medicina humana e medicina veterinária. O conhecimento local é desenvolvido e adaptado continuamente a um meio ambiente em mudança gradual. Ele é passado de geração em geração e está intimamente ligado com os valores culturais das populações.

Na economia global emergente de conhecimento, a capacidade de um país de criar e mobilizar capital de conhecimento é tão essencial para um desenvolvimento sustentável, assim como o é a disponibilidade do capital físico e



financeiro. A componente básica do sistema de conhecimento de qualquer país é o seu conhecimento local. O mesmo inclui os conhecimentos, experiências e as percepções da população, aplicado para manter ou melhorar a sua subsistência.

Actualmente, muitos sistemas de conhecimento local estão em risco de extinção. Isto acontece pois, globalmente, os meios ambientes naturais estão a mudar rapidamente e existem mudanças económicas, políticas e culturais muito velozes. As práticas desaparecem, quando são inapropriadas, perante novos desafios, ou porque elas se adaptam muito lentamente. Contudo, muitas práticas desaparecem por causa da invasão de tecnologias estrangeiras ou conceitos de desenvolvimento que prometem ganhos de curta duração ou soluções para problemas. A tragédia do desaparecimento iminente do conhecimento local é muito obvio para os que se desenvolveram e ganham a sua vida a partir dele. O caso do alimento silvestre do Sul da Etiópia (ver Caixa 2, nesta ficha informativa) é um bom exemplo disso. Estas plantas são especialmente vitais para a sobrevivência dos pobres, durante períodos de carência de comida, quando não existem outros meios de satisfazer as necessidades básicas. Além disso, as implicações para os outros também podem ser prejudiciais, quando o saber-fazer, tecnologias, artefactos, estratégias de resolução de problemas e as especialidades se perdem. O conhecimento local é uma parte da vida da população. Os pobres, em especial, dependem quase inteiramente, para a sua sustento, de um saber-fazer específico e conhecimentos essenciais à sua sobrevivência. Por conseguinte, para o processo de desenvolvimento, o conhecimento local é de particular relevância para os seguintes sectores e estratégias:

- ⑥ **Agricultura**, conhecimento relacionado com a selecção, intercalagem, tempos de plantio de culturas.
- ⑥ **Cuidados e gestão de animais e medicina étnica veterinária**, conhecimento sobre as estratégias de reprodução, características e requisitos de gado, utilidade de plantas para tratar doenças comuns.
- ⑥ **Uso e gestão de recursos naturais**, conhecimento sobre a gestão da fertilidade do solo, gestão sustentável de espécies selvagens.
- ⑥ **Cuidados de saúde**, conhecimento sobre as propriedades das plantas para fins medicinais.
- ⑥ **Desenvolvimento comunitário**, o conhecimento comum ou partilhado fornece ligações entre os membros da comunidade e as gerações; e
- ⑥ **Alívio da pobreza**, ex. conhecimento de estratégias de sobrevivência baseado em recursos locais.

As abordagens convencionais implicam que os processos de desenvolvimento requerem sempre transferências de tecnologia de locais que são percebidos como mais avançados. Esta prática tem levado, muitas vezes, ao negligenciar do potencial das experiências e práticas locais. O exemplo seguinte do programa de segurança alimentar da Etiópia ilustra as o que pode acontecer se o conhecimento local não for adequadamente considerado (ver Caixa 3).

[Caixa 3] INTRODUÇÃO DE VARIEDADES DE SOJA NA ETIÓPIA

Variedades de sorgo de maior rendimento foram introduzidas na Etiópia para aumentar a segurança alimentar e o rendimento dos agricultores e comunidades rurais. Quando o tempo e outras condições foram favoráveis, as variedades modernas provaram ser um sucesso. No entanto, em algumas áreas, foram observadas perdas completas de culturas, enquanto que as variedades locais, com maior variedade de características eram menos susceptíveis às secas frequentes. A perda de uma cultura inteira foi considerada pela comunidade de agricultores como maior que a compensação das menores colheitas médias de variedade local também produzidas em condições mais extremas. Uma abordagem, que incluisse a experiência agrícola local, poderia ter resultado numa mistura equilibrada de variedades locais e introduzidas, assim reduzindo o risco dos produtores.

Fonte: Oduol



O conhecimento local é relevante a 3 níveis do processo de desenvolvimento.

- ⦿ É, obviamente, muito importante para os homens e mulheres, velhos e jovens da comunidade local na qual os portadores do tal conhecimento vivem e produzem.
- ⦿ Os agentes de desenvolvimento (CBOs, ONGs, governos, doadores, líderes locais e as iniciativas do sector privado) precisam de reconhecer, valorizar e apreciar o conhecimento local nas suas interacções com as comunidades locais. Antes de incorporá-lo nas suas abordagens, precisam de o compreender e de validá-lo criticamente acerca da sua utilidade para os objectivos desejados.
- ⦿ Finalmente, o conhecimento local faz parte do conhecimento global. Neste contexto, tem um valor e relevância próprios. O conhecimento local pode ser preservado, transferido ou adoptado e adaptado noutros locais.

Porém, é importante frisar que o conhecimento local não é exclusivo ou necessariamente suficiente para cuidar dos desafios que as populações enfrentam actualmente. Muitas provas mostram que os actores locais procuram informações e conceitos de qualquer sítio onde possam adquiri-lo nos seus esforços para resolver os seus problemas e atingir os seus objectivos. Para as pessoas envolvidas nos processos de investigação e desenvolvimento com as comunidades locais, é importante ver o conhecimento local como um componente dentro de um sistema de inovação mais complexo. Portanto, uma análise profunda das fontes existentes de informação e conhecimento, é um passo importante para qualquer projecto de pesquisa ou desenvolvimento. Estas fontes podem ser de natureza formal e informal. Por exemplo, os grupos comunitários que estão envolvidos em práticas agrícolas similares podem ser uma fonte informal de conhecimento local, enquanto que os centros ou extensões de pesquisa regional ou nacional seriam uma fonte formal de conhecimento. Neste contexto, é igualmente importante considerar os fornecedores de serviços privados, tais como, os revendedores locais de sementes, visto que se estão a tornar cada vez mais importantes como fornecedores de conhecimentos.

Pontos-chave

- O conhecimento local é desenvolvido ao longo do tempo pelas pessoas de uma dada comunidade, e está constantemente a desenvolver-se;
- Os sistemas de conhecimentos são dinâmicos, as populações adaptam-se às mudanças no seu meio ambiente, absorvem e assimilam as ideias de uma variedade de fontes;
- O conhecimento e o acesso ao conhecimento não estão distribuídos igualmente na comunidade ou entre comunidades: as populações têm objectivos, interesses, percepções, crenças, acesso à informação e recursos diferentes;
- O tipo do conhecimento que as populações possuem está relacionado com a sua idade, género, ocupação, divisão de tarefas dentro da família, empresa ou comunidade, seu estatuto sócio-económico, sua experiência, meio ambiente, história, etc.
- O conhecimento local é o capital humano das populações rurais e urbanas, é o seu principal bem para investir na luta pela sobrevivência, para produzir alimentos, para providenciar abrigo ou para ter o controlo das suas próprias vidas; e
- Para aqueles envolvidos em processos de investigação e desenvolvimento com as comunidades locais, é importante ver o conhecimento local como um componente dentro de um sistema de inovação mais complexo.



1.2 PÁGINA COM INFORMAÇÃO PROCESSUAL – NOTAS PARA O FACILITADOR

OBJECTIVO: A ficha informativa 1.2 fornece uma introdução geral ao conceito de conhecimento local e descreve a natureza dinâmica deste conceito. O objectivo geral é estabelecer uma compreensão partilhada entre os participantes dos termos e conceitos relevantes.

OBJECTIVOS DA APRENDIZAGEM: Os participantes compreendam o conceito de conhecimento local e estejam cientes da sua posição num sistema de conhecimento mais abrangente.

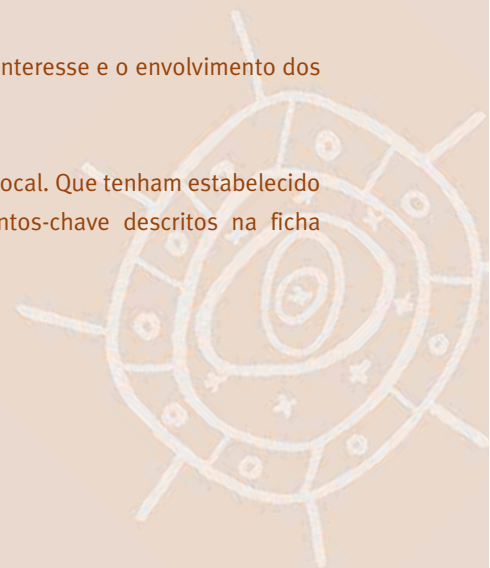
PROCESSO:

- 1) É importante mostrar aos participantes, desde o início, que a abordagem da formação é baseada na partilha mútua de conhecimento e informação. Além disso, o conhecimento dos participantes e formadores é igualmente respeitado e valorizado.
- 2) Os participantes podem ser convidados primeiramente a partilharem experiências, relacionadas com o conhecimento local, do ponto de vista do seu background profissional.
- 3) Num exercício posterior, pode pedir-se aos participantes que resumissem a informação, para definir o conceito. Se o tempo for limitado, o facilitador pode ir directamente para o Ponto 4 e incluir a definição na sua apresentação.
- 4) Uma apresentação dada pelo que promove a acção sobre o conhecimento local (conceitos, definições).
- 5) Pode seguir-se uma discussão sobre as dinâmicas e tendências no desenvolvimento do conhecimento local. Isto pode ser baseado, mais uma vez, (a) em ideias gerais e brain-storming dos participantes, ou (b) na apresentação de alguns exemplos dos sistemas agrícolas da sua região, comparando situações passadas e presentes em termos da relevância do conhecimento local.
- 6) Os pontos-chave devem ser extraídos desta discussão em conjunto com os participantes.

Seria útil integrar outros estímulos visuais, tais como vídeos ou slides para aumentar o interesse e o envolvimento dos participantes.

RESULTADOS ESPERADOS: Os participantes compreendam o conceito de conhecimento local. Que tenham estabelecido uma compreensão partilhada de assuntos, termos chave e tenham coberto os pontos-chave descritos na ficha informativa 1.1.

TEMPO NECESSÁRIO: Mínimo 2 horas.





O QUE É O GÉNERO?

O género é definido pela FAO como sendo “as relações, tanto perceptivas como materiais, entre homens e mulheres. O género não é determinado biologicamente como resultado das características sexuais dos homens ou mulheres, mas é sim, construído socialmente. É um princípio central organizador das sociedades e, muitas vezes, governa os processos de produção e reprodução, consumo e distribuição” (FAO 1997). Apesar desta definição, o género tem sido, frequentemente, mal entendido como sendo apenas, a promoção de mulheres. No entanto, como podemos verificar na definição da FAO, os assuntos de género focam-se nas mulheres, nas relações entre homens e mulheres, seus papéis, ao acesso e controlo dos recursos e à divisão do trabalho, interesses e necessidades. As relações de género afectam a segurança familiar, o bem-estar da família, planeamento, produção e muitos outros aspectos da vida (Bravo-Baumann 2000).

[Caixa 1] DEFINIÇÃO DOS PAPÉIS DE GÉNERO E DAS RELAÇÕES DE GÉNERO

Os **Papéis de género** são “a definição social” de homens e mulheres. Eles variam nas diferentes sociedades e culturas, classes e idades e durante diferentes períodos da história. Os papéis e responsabilidades específicas do género são muitas vezes condicionados pela estrutura da família, acesso aos recursos, impactos específicos da economia global e outros factores locais relevantes, tais como as condições ecológicas (FAO 1997).

As **Relações de género** são as formas segundo as quais a cultura ou a sociedade define os direitos, as responsabilidades e identidades dos homens e mulheres em relação a um ao outro (Bravo-Baumann 2000).

Os papéis dos homens e mulheres rurais como produtores e fornecedores de alimentos associam-se directamente à gestão e ao uso sustentável da biodiversidade agrícola. Através do seu trabalho diário, as populações rurais acumularam conhecimentos e competências relativas aos seus ecossistemas, variedades de culturas locais e raças de animais, sistemas agrícolas e valores nutricionais de várias plantas sub-utilizadas. Eles tornaram-se especialistas na manutenção dos seus próprios escassos recursos. Os homens e as mulheres agem de formas diferentes por causa dos seus papéis relacionados socialmente, portanto, eles tem conjuntos diferentes de conhecimentos e de necessidades.

A experiência mostra que os programas e as políticas relacionados com a agricultura e o ambiente não diferenciam entre agricultores masculinos e femininos. Portanto, eles frequentemente recusam reconhecer as diferenças entre o trabalho, conhecimento, contribuições e necessidades dos homens e das mulheres. Isto tem consequências importantes para a biodiversidade assim como para a igualdade do género. O estudo de caso apresentado no Módulo 5, por exemplo, mostra claramente como a agrobiodiversidade e o conhecimento local detido por mulheres eram negativamente afectados pela introdução de vegetais exóticos para a produção no mercado, que foi, uma actividade principalmente conduzida por homens.



[Caixa 2] DIFERENÇAS DE GÉNERO NO CONHECIMENTO DAS VARIEDADES TRADIÇÃOAIS DO ARROZ NO MALI

O arroz era tradicionalmente considerado uma cultura feminina na região de Bafoulabé no Mali. Era cultivado perto de rios ou em zonas onde houvesse água estagnada durante a época chuvosa. As mulheres tomavam conta dos campos, individualmente ou em grupos. O seu conhecimento das variedades terrestres era vasto e podiam identificar 30 variedades diferentes pelo ciclo de crescimento, hábito de crescimento da planta, altura da planta, número de caules, produção de grão, tamanho do grão, forma e cor, qualidade da preparação, utilização e sabor do produto final. Os homens tinham pouco conhecimento das variedades tradicionais do arroz, mas, tinham a responsabilidade principal das três variedades melhoradas de arroz introduzidas na vila.

Fonte: Synnevag, 1997

Tanto os agricultores que são homens como os que são mulheres desempenham um papel importante como decisores na gestão da biodiversidade agrícola. Eles decidem quando fazer a sementeira, colheita e processamento das suas culturas. Decidem também, quanto é que se deve semear de cada variedade de cultura em cada ano, a percentagem de sementes da sua própria produção a guardar e o que comprar ou trocar. Todas estas decisões afectam o montante total da diversidade genética que é conservada e utilizada.

Em muitos sistemas agrícolas existe uma divisão do trabalho que determina as diferentes tarefas pelas quais os homens e as mulheres têm responsabilidade. Geralmente, as mulheres têm um papel importante na produção, processamento, preservação, preparação e venda das culturas básicas, enquanto que os homens tendem a dedicar-se mais à produção de culturas de alto rendimento ou orientadas para o mercado. Encontramos, muitas vezes, uma divisão nas práticas de gestão de culturas e gado. O arrancar de ervas daninhas é normalmente tarefa de mulheres, enquanto que a pulverização e aplicação dos fertilizantes é principalmente feito por homens. As mulheres e as crianças muitas vezes cuidam da criação de espécies pequenas de animais, enquanto os homens são geralmente responsáveis pela criação de gado. Estes são apenas alguns exemplos que embora não sejam geralmente aplicáveis, vão depender das situações e culturas específicas em que estamos a trabalhar.

[Caixa 3] DIFERENÇAS DE GÉNERO E ESPECÍFICAS DE IDADES EM RELAÇÃO À RECOLHA, PREPARAÇÃO E CONSUMO DE “ALIMENTOS DE PLANTAS SILVESTRES” NA ETIÓPIA RURAL

As crianças, principalmente, são as que colhem e consomem os frutos das plantas silvestres. Outros frutos silvestres e plantas de **alimentos de fome** são colhidos por crianças e mulheres e preparados pelas mulheres em todas as áreas inquiridas. As mulheres colhem frequentemente alimentos silvestres quando estão a caminho da busca de água, da recolha de lenha, da ida ao mercado e quando estão de regresso a casa vindas dos seus campos.

Os membros masculinos saudáveis da comunidade, usualmente emigram a procura de oportunidades diárias de trabalho noutros sítios durante os períodos de escassez de alimentos. As mulheres e crianças ficam para gerirem o melhor possível. Portanto, as mulheres e as crianças são os actores principais no que respeita a colecção, preparação e consumo dos alimentos de plantas silvestres. As crianças vão à procura de alimentos e trepam árvores para a colheita, enquanto as mulheres fazem a preparação e cozinham.

Os jovens rurais consomem mais alimentos silvestres que a geração mais velha nas épocas normais. No entanto, nos tempos de escassez de alimentos as pessoas de todas as idades e sexos comem os alimentos selvagens, para satisfazerem as suas necessidades nutricionais, para a concretização tradicional e para os tratamentos locais curativos. Isto inclui o consumo dos frutos da *Embelia schimperi* (“enkoko” em Amharico) para controlar os parasitas intestinais.

Fonte: Guinand and Lemessa



As mulheres estão frequentemente envolvidas na seleção, melhoramento e adaptação das variedades de plantas. Elas têm frequentemente mais conhecimentos especializados na utilização de plantas silvestres para a alimentação, forragem e medicina do que os homens (ver Caixa 2 e 3). Os homens e as mulheres podem ser responsáveis por culturas ou mesmo variedades diferentes ou serem responsáveis por diferentes tarefas relacionadas com uma certa cultura.

As décadas mais recentes testemunharam ganhos substanciais na produtividade agrícola e avanços rápidos na tecnologia agrícola. Estes avanços têm frequentemente contornado as agricultoras e reduzido a sua produtividade. Frequentemente, as mudanças estavam ligadas aos requisitos de créditos inacessíveis às mulheres, ou não estavam apenas adaptados às necessidades e exigências das mulheres. Portanto, como agricultoras e gerentes dos recursos naturais, as mulheres enfrentam uma série de constrangimentos baseados no gênero. Os países devem encontrar formas de ultrapassar este vazio da produtividade a fim de enfrentar os desafios da produção de alimentos para uma população crescente, os países precisam de encontrar formas de ultrapassar esta lacuna na produtividade.

GESTÃO DO GÊNERO E DA AGROBIODIVERSIDADE

Existem preocupações crescentes que a contribuição vital das mulheres para a gestão dos recursos biológicos e geralmente para a produção econômica, tem sido, mal entendida, ignorada ou subestimada (Howard 2003). As mulheres são o único ganha-pão em um terço de todas as famílias no mundo. Nas famílias pobres com dois adultos, mais de metade do rendimento disponível é proveniente do trabalho das mulheres e crianças. Mais ainda, as mulheres usam mais os seus ganhos para custear as necessidades básicas. As mulheres produzem 80 por cento dos alimentos em África, 60 por cento na Ásia e 40 por cento na América Latina (Howard 2003).

As mulheres tendem a estar mais activamente envolvidas, que os homens, na economia familiar. Isto envolve tipicamente o uso de uma diversidade mais ampla de espécies para a alimentação e medicina, do que as que são comercializadas nos mercados regionais ou internacionais. As mulheres têm geralmente a responsabilidade primária de fornecerem as suas famílias com alimentos, água, combustível, medicamentos, fibras, forragem e outros produtos. Muitas vezes, elas precisam de contar com um ecossistema saudável e diverso para terem um rendimento em dinheiro. Como resultado, as mulheres rurais são mais entendidas sobre os padrões e usos da biodiversidade local. Todavia, é muitas vezes negado o acesso à terra e seus recursos a estas mesmas mulheres. Em muitos países, tais como o Quênia, as mulheres têm acesso apenas à terra mais marginal – as plantas medicinais são colhidas ao longo das ruas e vedações, e o combustível é de *facto* recolhido nas áreas comuns, muito distantes das vilas para os homens as reclamarem.

As questões de gênero cortam caminho através das actividades da gestão da biodiversidade agrícola de várias formas. Primeiro, a gestão da agrobiodiversidade é baseada na comunidade e requer o apoio de toda a comunidade - jovens e velhos, ricos e pobres, homens e mulheres, rapazes e raparigas. Porque as mulheres desempenham um papel restrito ou invisível nos assuntos públicos de muitas comunidades, são preciso tomar passos especiais para que as mulheres sejam consultadas sobre a gestão da biodiversidade agrícola.

A tradição pode ditar que o chefe da família fale em nome da família. Contudo, muitos homens não estão suficientemente cientes dos assuntos das mulheres para os levantar de forma adequada nas reuniões públicas. Por conseguinte, devem ser encontradas outras formas para utilizar os conhecimentos, as necessidades e requisitos das mulheres, e para determinar os seus compromissos e contribuições para a gestão da biodiversidade agrícola.

Segundo, os homens e as mulheres usam a agrobiodiversidade de diferentes formas e têm diferentes medidas de distribuição e conservação. Portanto, a gestão da biodiversidade agrícola requer informação, participação na tomada de decisões, gestão e compromisso de ambos os sexos.



Além disso, os papéis e responsabilidades das mulheres são maiores do que nunca em diversas regiões devido à emigração dos homens para as zonas urbanas. Os homens estão, frequentemente, ausentes dos lares das zonas rurais porque procuram ganhar um rendimento alternativo. Isto cria, “de facto” famílias lideradas por mulheres, onde os homens podem reter o poder de tomada de decisão apesar das mulheres estarem a gerir as quintas e as famílias durante longos períodos. Esta “feminização da agricultura” pode indicar que as mulheres estão a conquistar mais poder de tomada de decisão no que diz respeito à gestão da agrobiodiversidade.

Devido às tendências acima descritas é importante, para nós, reconhecer que as considerações de género na biodiversidade agrícola precisam sempre de tomar em linha de conta os papéis, responsabilidade, interesses e necessidades tanto dos homens como das mulheres. Além do mais, é necessário estarmos cientes de outras diferenças que devem ser tomados em consideração dentro destes dois grupos, tais como a idade, etnia e estatuto social.

O fracasso em considerar estas diferenças, entre homens e mulheres, leva a actividades de projecto mal sucedidas. Pode levar também, à marginalização do maior sector da sociedade e a larga parte da mão-de-obra agrícola. Assim, a compreensão das relações de género e o ajuste dos métodos e das mensagens é crucial para a participação completa de todos os sectores da comunidade.



Pontos-chave

- As correntes agrícolas e ambientais principais e as políticas e programas relacionados tendem a ver os agricultores como homens ou, não fazem, a diferenciação entre agricultores masculinos e femininos.
- Os papéis dos homens e mulheres rurais como produtores e fornecedores de alimentos, ligam-nos directamente à gestão e ao uso sustentável da agrobiodiversidade.
- Ambos os agricultores, masculinos e femininos, desempenham um papel importante como tomadores de decisões na gestão da biodiversidade agrícola. Todas estas decisões afectam o montante total da diversidade genética que é conservada e utilizada.
- Na maioria dos sistemas agrícolas existe uma divisão do trabalho, que determina as diferentes tarefas complementares pelas quais os homens e as mulheres são responsáveis.
- As mulheres tendem a estar mais activamente envolvidas que os homens na economia familiar que envolve tipicamente o uso de uma diversidade mais ampla de espécies para a alimentação e medicina do que os que são comercializados nos mercados regionais ou internacionais.
- Existem preocupações crescentes que a contribuição vital das mulheres para a gestão dos recursos biológicos e para a produção económica em geral, tem sido mal entendida, ignorada ou subestimada.



OBJECTIVO: A ficha informativa 1.3 fornece uma introdução ao conceito de género dentro da gestão da agrobiodiversidade. Ela apresenta definições e descreve a relevância dos papéis de do género e suas responsabilidades. O objectivo geral é estabelecer uma compreensão partilhada entre os participantes dos termos e conceitos relevantes.

OBJECTIVOS DA APRENDIZAGEM: Os participantes cheguem a um entendimento do conceito de género e estejam conscientes da sua posição dentro da gestão da biodiversidade agrícola.

PROCESSO:

É importante mostrar aos participantes, desde o início, que a abordagem da formação é baseada na partilha mútua de conhecimento e informação. Além disso, o conhecimento dos participantes e formadores é igualmente respeitado e valorizado.

- 1) Como uma introdução à sessão, um curto exercício pode ser realizado para revelar os diferentes papéis e responsabilidades dos homens e mulheres na agricultura (Ver o manual do ASEG em www.fao.org/sd/seaga/4_en.htm).
- 2) Sessões de brain-storming sobre termos do género e com ele relacionados baseadas no material de formação do ASEG.
- 3) Os resultados deste exercício podem ser usados para explorar a relevância das descobertas para a gestão da agrobiodiversidade
- 4) O facilitador pode guiar a discussão para níveis mais complexos de análise. Os participantes podem ser encorajados a incluir aspectos de idade e estatuto social na sua discussão.
- 5) Um passo seguinte pode ser o de convidar os participantes a discutir as consequências de intervenções de projecto e abordagens insensíveis ao género³.
- 6) As descobertas dos participantes devem ser organizadas em conjunto com o facilitador. Os participantes podiam ser encorajados a fornecer exemplos da sua própria experiência de trabalho.

RESULTADOS ESPERADOS: Os participantes estejam conscientes da importância da dimensão do género dentro da gestão da agrobiodiversidade. Que tenham estabelecido, em conjunto, uma compreensão partilhada do conceito. Os pontos-chave da ficha informativa 1.3 tenham sido levantados pelos participantes.

TEMPO NECESSÁRIO: Mínimo 2 horas.

³ Ignorar/falhar em abordar a dimensão do género, em oposição a sensíveis ou género ou neutrais ao género



O QUE É A SEGURANÇA ALIMENTAR?

A Cimeira Mundial de Alimentação de 1996 chegou a um quase consenso sobre as características principais do problema global da segurança alimentar. A segurança alimentar é o fornecimento adequado de alimentos e da disponibilidade alimentar. Isto significa estabilidade de mantimentos e acesso à comida e ao consumo por todos. “A segurança alimentar...é conseguida quando todas as pessoas, em todos os momentos, têm acesso físico e económico a comida nutritiva e segura em quantidade suficiente e adequada às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares para uma vida activa e saudável” (FAO, 1996). O direito à comida é um direito humano básico, mandatado na lei internacional e reconhecido por todos os países.

A disponibilidade alimentar é necessária para a segurança alimentar, mas não é suficiente. As famílias com insegurança alimentar podem estar em áreas onde existe comida suficiente, mas falta à família o rendimento ou os meios que dão direito (produção, comércio ou trabalho) a obtê-los. Melhorar os meios que dão direito significa expandir as oportunidades económicas e fazer os mercados funcionarem melhor para os pobres. Além disso, os indivíduos com insegurança alimentar podem viver em agregados familiares com segurança alimentar. Assegurar que todos os membros de família têm uma dieta adequada significa ultrapassar a discriminação de género ou de idade.

UMA DEFINIÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR FAMILIAR

As famílias estão seguras do ponto de vista alimentar quando todos os membros têm acesso durante todo o ano à quantidade e variedade de alimentos seguros para levarem vidas activas e saudáveis. Ao nível familiar, a segurança alimentar refere-se à capacidade dos membros da família de assegurarem comida adequada para as necessidades alimentares, quer provenientes de produção familiar quer adquiridos através da compra.

Estado da segurança alimentar mundial: Não existe escassez de comida para aqueles que se podem permitir comprá-la. Embora o retrato global demonstre excedentes sólidos de comida e preços em queda, a segurança alimentar permanece uma preocupação chave. Isto acontece pois milhões de pessoas não têm acesso económico a comida suficiente:

- ⊗ Mais de 826 milhões de pessoas estão com fome cronicamente; eles precisam de comer mais 100-400 mais Calorias por dia;
- ⊗ Mundialmente, 32 por cento das crianças em idade pré-escolar está atrofiada, 26 por cento têm peso abaixo do normal;
- ⊗ A Ásia tem mais pessoas com fome do que qualquer outro lugar, mas a fome é maior na África sub-Sahariana e é pior em países afectados pelo conflito;
- ⊗ A pobreza é a causa mais comum para a insegurança alimentar;
- ⊗ O progresso tem sido irregular, a pobreza continua a aumentar na África sub-Sahariana e na Ásia, a proporção de pessoas a viver na pobreza tem declinado dramaticamente, mas o progresso abrandou recentemente.



Ligações à análise da subsistência: A abordagem da subsistência, que considera os bens e constrangimentos das pessoas, é uma ferramenta valiosa para melhorar o acesso à comida pelas pessoas pobres. Ajuda-nos a chegar à compreensão da insegurança e vulnerabilidade alimentar transitória. Isto inclui, por exemplo, como as mudanças na vulnerabilidade (infecção pelo VIH, seca), instituições (reformas de mercado) ou as fundações (degradação do solo) têm impacto nos resultados da subsistência (segurança alimentar). As estratégias de bens e de subsistência, incluindo as estratégias que não têm a ver com o cultivo, são valiosas porque elas nos permitem distanciar-nos do pensamento que a segurança alimentar se foca apenas na agricultura (Ver Módulo 2).

A biodiversidade e especialmente a agrobiodiversidade, são bens importantes que favorecem a segurança alimentar das pessoas pobres. A biodiversidade agrícola contribui para a realização de subsistências sustentáveis ao ser um elemento essencial da base de recursos naturais. Além disso, a maior extensão e volume de biodiversidade é detida pelos países em desenvolvimento. Estes recursos genéticos são particularmente importantes para a segurança alimentar e de rendimentos, cuidados de saúde e práticas culturais e espirituais. Isto é verdade para muitas comunidades rurais, nos países em desenvolvimento, pois os recursos genéticos são elementos cruciais para a gestão do risco ambiental e para a produção de comida. A importância do conhecimento local está relacionada de perto com este aspecto da segurança alimentar, porque não é suficiente ter diversidade genética disponível. As populações contam com o conhecimento local para a gestão sustentável e utilização destes recursos para que eles possam beneficiar deles (Mais detalhes sobre a agrobiodiversidade e o conhecimento local podem ser encontrados nas fichas informativas 1.1 e 1.2)

O VIH/SIDA tem sido um factor importante na discussão da segurança alimentar. Duma perspectiva das subsistências, o VIH/SIDA representa um choque severo, dentro do contexto de vulnerabilidade de muitas pessoas ao redor do globo. O VIH/SIDA ataca tipicamente os membros mais produtivos das famílias em primeiro lugar. Quando estas pessoas ficam doentes, existe um esforço na capacidade de trabalho, de se alimentarem e de providenciarem atenção na família. Há medida que a doença progride, pode ser ainda mais difícil para a família lidar com esse facto. O estado de pobreza avança à medida que os recursos se exaurem e os bens valiosos, tais como o gado e as ferramentas são vendidos para pagar as despesas com comida e medicamentos.

Sem comida ou rendimentos, alguns membros da família podem emigrar na procura de trabalho, aumentando as suas hipóteses de contraírem o VIH – e de o trazerem de volta para casa. Para outros, o sexo comercial pode ser a única opção para alimentar e suportar a sua família. A insegurança alimentar também leva à má nutrição, que pode agravar e acelerar o desenvolvimento da SIDA. Do mesmo modo, a doença em si própria pode contribuir para a má nutrição ao reduzir o apetite, interferir com a absorção de nutrientes e fazer exigências adicionais no estado nutricional do organismo. (www.fao/es/ESN/nutrition/household_hiv_aids_en.stm)

No Módulo 2, vai aprender mais acerca do sistema de subsistências e compreender como a segurança alimentar está colocada dentro dele de uma forma central.



OBJECTIVO: A ficha informativa 1.4 fornece uma curta introdução a um aspecto da segurança alimentar, que é a gestão sustentável da agrobiodiversidade, que é um pré-requisito importante para alcançar a segurança alimentar. Além disso, isto está directamente ligado ao conhecimento local e às relações de género.

OBJECTIVOS DA APRENDIZAGEM: Os participantes estejam cientes da importância global de uma segurança alimentar melhorada.

PROCESSO:

É importante mostrar aos participantes, desde o início, que a abordagem da formação é baseada na partilha mútua de conhecimento e informação. Além disso, o conhecimento dos participantes e formadores é igualmente respeitado e valorizado.

- 1) Como uma introdução a esta sessão, os participantes podem partilhar ideias de como os três conceitos de agrobiodiversidade, género e conhecimento local são importantes para a segurança alimentar.
- 2) O facilitador pode agrupar as diferentes ideias e o aspecto da “segurança alimentar” deveria ser sublinhado. Finalmente o facilitador pode: (a) apresentar uma definição de segurança alimentar baseada na ficha informativa 1.4. (b) Se o tempo disponível o permitir, os participantes podem formar pequenos grupos e desenvolver, por si próprios, uma definição de segurança alimentar, que irá então ser partilhada no plenário.

RESULTADOS ESPERADOS: Os participantes estejam conscientes que o curso inteiro está embutido no objectivo de conseguir alcançar a segurança alimentar. Além disso, que eles tenham estabelecido uma compreensão partilhada do termo.

TEMPO NECESSÁRIO: Mínimo 1 hora.



Leituras chave para a ficha informativa 1.1

- 📖 Thrupp, L.A. (2003). *O Papel Central da Biodiversidade Agrícola: Tendências e Desafios*, publicado por CIP-UPWARD em colaboração com a GTZ, IDRC, IPGRI e SEARICE.
- 📖 Notas da IK; Nº 23 (Agosto 2000). *Sementes da vida: as mulheres e a Biodiversidade Agrícola em África*.

Leituras chave para a ficha informativa 1.2

- 📖 Mujaju, C., Zinhanga, F. e Rusike, E. (2003). *Bancos de Sementes Comunitários para a Agricultura Semi-árida no Zimbabué*. Em *Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade Agrícola*, publicado por CIP-UPWARD em colaboração com a GTZ, IDRC, IPGRI e SEARICE.

Leituras chave para a ficha informativa 1.3

- 📖 FAO (1999). *Mulheres utilizadoras, preservadoras e gestoras da agrobiodiversidade*.
- 📖 Torkelsson, A. (2003). *Género na Conservação da Biodiversidade Agrícola*. Em *Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade Agrícola*, publicado por CIP-UPWARD em colaboração com a GTZ, IDRC, IPGRI e SEARICE

Leituras chave para a ficha informativa 1.4

- 📖 Breve da Biodiversidade Nº 6. A Biodiversidade no desenvolvimento. IUCN/DFID. *A Segurança Alimentar e a Biodiversidade*.
www.iucn.org/themes/wcpa/pubs/pdfs/biodiversity/biodiv_brif_o6.pdf

- Bamako, Mali, 24 – 28.2.1997. pp. 85–92, Montpellier, France, Institut d’Economie Rurale, Bureau des Ressources Génétiques, Solidarités Agricoles et Alimentaires.
- Bravo-Baumann, H. 2000. Capitalisation of experiences on the contribution of livestock projects to gender issues. Working Document, Bern, Swiss Agency for Development and Cooperation.
- FAO. 1996a. Global plan of action for the conservation and sustainable utilisation of plant genetic resources for food and agriculture, Leipzig, Germany, June 1996.
- FAO. 1996b. Rome Declaration on World Food Security and the World Food Summit Plan of Action, www.fao.org/docrep/003/w3613e/w3613e00.htm
- FAO. 1997. Gender: the key to sustainability and food security, SD Dimensions, May 1997. www.fao.org/sd/
- FAO. 1999a. Agricultural Biodiversity, Multifunctional Character of Agriculture and Land Conference, Background Paper 1, Maastricht, September 1999.
- FAO. 1999b. Women: users, preservers and managers of agrobiodiversity. www.fao.org/FOCUS/E/Women/Biodiv-e.htm
- Guinand, Y. & Lemessa, D. (2000), Wild-food plants in southern Ethiopia: Reflections on the role of “famine-foods” at a time of drought. UN-Emergencies Unit for Ethiopia, UNDP Emergencies Unit for Ethiopia.
- Howard, P. 2003. Women and plants, gender relations in biodiversity management and conservation. United Kingdom, ZED Books.
- IK Notes, No 23. August 2000. Seeds of life: Women and agricultural biodiversity in Africa.
- IK Notes, No. 44. May 2002. The contribution of indigenous vegetables to household food security.
- IIRR. 1996. Manual on Indigenous knowledge: Recording and using indigenous knowledge. A manual for development practitioners and field workers. International Institute of Rural Reconstruction. The Philippines.
- IUCN/ DFID. (No date). Biodiversity in development, Biodiversity Brief No. 6. United Kingdom. www.iucn.org/themes/wcpa/pubs/pdfs/biodiversity/biodiv_brf_o6.pdf
- Mujaju, C., Zinhanga, F. & Rusike, E. 2003. Community seed banks for semi-arid agriculture in Zimbabwe. *In* Conservation and sustainable use of agricultural biodiversity. Published by CIP-UPWARD in partnership with GTZ, IDRC, IPGRI and SEARICE.
- Oduol, W. 1995. Adaptive responses to modern technology: Kitui farmers in the semi-arid regions of eastern Kenya. *In* Technology policy and practices in Africa, Canada, International Development Research Centre.
- Synnevag, G. 1997. Gender differentiated management of local crop genetic resources in Bafoulabe Cercle, Kayes region of Mali – A case study. *In* Actes du Colloque, Gestion des Ressources Génétiques de Plantes en Afrique des Savanes.
- Thrupp, L.A. 1997. Linking biodiversity and agriculture: Challenges and opportunities for sustainable food security. World Resources Institute, USA.
- Warburton, H. & Martin, A.M. 1999. Local people’s knowledge. Best practice guideline. Socio-Economic Methodologies Programme, DFID, United Kingdom
- Warren, D. M. 1991. Using indigenous knowledge in agricultural development. World Bank Discussion Paper No. 127, Washington, DC, World Bank.
- World Resources Institute (No date) Women and biodiversity. www.wri.org/biodiv/women-01.html

Web sites

- FAO Web site on Agrobiodiversity: www.fao.org/biodiversity/index.asp?lang=en
- FAO Web site on Gender, Agrobiodiversity and Local Knowledge: www.fao.org/sd/links
- FAO Web site on Gender: www.fao.org/Gender/gender.htm
- FAO Web site on Sustainable Development issues: www.fao.org/sd/index_en.htm
- FAO Web site on HIV/AIDS: www.fao.org/hivaids/links/index_en.htm
- FAO Web site on Food Security: www.fao.org/es/ESN/nutrition/household_hivaids_en.stm
- World Bank Web site on indigenous knowledge: www.worldbank.org/afr/ik/what.htm

GESTÃO DA AGROBIODIVERSIDADE DA PERSPECTIVA DE UMA SUBSISTÊNCIA SUSTENTÁVEL

2.1 O QUE É UMA ABORDAGEM DE SUBSISTÊNCIA SUSTENTÁVEL?29

Pontos-chave para a ficha informativa 2.1

Página com informação processual 2.1 – Notas para o facilitador

Página de Exercícios 2.1

2.2 QUAIS SÃO AS LIGAÇÕES ENTRE AGROBIODIVERSIDADE,39 CONHECIMENTO LOCAL E GÊNERO DE UMA PERSPECTIVA DE SUBSISTÊNCIA?

Pontos-chave para a ficha informativa 2.2

Página com informação processual 1.2 – Notas para o facilitador

Página de Exercícios 2.2

Leituras Chave
Referências



O QUE É UMA ABORDAGEM DE SUBSISTÊNCIA SUSTENTÁVEL?

Esta ficha informativa vai introduzir o modelo da subsistência. O modelo de subsistência sustentável¹ pode ajudar a explorar as ligações entre agrobiodiversidade, género e conhecimento local. Para além disso, vai auxiliar-nos a alargar a nossa perspectiva e a aplicar uma visão mais holística a estes assuntos. Este módulo é principalmente teórico, mas nos módulos 3 e 4 vai encontrar mais exemplos práticos de assuntos desenvolvidos aqui. A investigação recente, em colheitas tradicionais e espécies de gado, sugere que existe uma discrepância significativa entre as prioridades de pesquisa e as necessidades dos agricultores (Blench, 1997). Uma forma de explicar esta discrepância é reflectir sobre os pontos de vista subjacentes tomados por estes diferentes actores. Podem ser identificadas duas perspectivas principais, que são comparadas na tabela seguinte.

[Tabela 1] Comparação de diferentes perspectivas sobre a agrobiodiversidade	
PERSPECTIVA DA SUBSISTÊNCIA	PERSPECTIVA DA GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS
O foco é nas populações locais e suas estratégias de subsistência	O foco é nos recursos genéticos e no seu uso e potencial de produção
Holística em termos de compreender os propósitos e funções desempenhadas pela agrobiodiversidade nas estratégias de subsistência	Estreita em termos de compreender e fortalecer propósitos e funções diferentes da agrobiodiversidade
Dinâmica em termos de mudança de prioridades e necessidades de diferentes populações em alturas diferentes	Estática resultando da pré-selecção de espécies prioritárias para melhoramento e conservação
Constrói-se com os pontos fortes das populações, e.g. conhecimento local para a selecção de espécies e práticas de conservação <i>in situ</i>	Depende fortemente do conhecimento e tecnologias externos para o melhoramento de espécies, incluindo práticas de conservação <i>ex situ</i>
Ligações Macro-Micro, e.g. lobbying de políticas para os Direitos dos Agricultores para assegurar o acesso local à diversidade genética	Tende a focar-se mais ou ao nível dos recursos naturais ou ao nível político
Sustentabilidade relacionada com o melhoramento das capacidades locais e ao fortalecimento das populações locais	Sustentabilidade questionável porque é dada pouca atenção à construção de capacidades locais

Qual é o ponto de partida da perspectiva da subsistência? As populações em si devem ser o ponto principal para a análise da gestão da agrobiodiversidade. Se as populações não forem o ponto de partida, será difícil conseguir prioridades de investigação e desenvolvimento que estejam alinhadas com os pontos de vista das populações locais. Os méritos de usar uma perspectiva de subsistência para compreender a gestão da biodiversidade agrícola estão descritos em maior detalhe, seguidamente.

CENTRADA NAS POPULAÇÕES

O ponto de partida para a gestão da agrobiodiversidade é as próprias populações. Uma perspectiva de subsistência facilita uma análise mais aprofundada dos diferentes grupos sociais, incluindo a distribuição de benefícios e acesso aos recursos de uma perspectiva do **género**. A adopção de uma perspectiva de subsistência vai, portanto, facilitar a identificação das múltiplas funções e propósitos que a biodiversidade agrícola desempenha. Sendo para diferentes grupos sociais e diferentes ambientes, vai colocar a segurança alimentar das populações pobres no centro da discussão.

HOLÍSTICA

De uma perspectiva de subsistência, a gestão da agrobiodiversidade não é vista como um actividade separada que visa a conservação de espécies, variedades e raças individuais. Em vez disso, é encarada como parte das estratégias de subsistência diárias em todo o globo. Os agricultores não mantêm a agrobiodiversidade com o mero propósito da conservação. Eles aplicam uma perspectiva mais holística e integrada ao uso das espécies, variedades e raças dentro do seu sistema agrícola. A agrobiodiversidade é gerida por agricultores e, por um conjunto maior de razões, o sucesso da conservação e melhoramento depende dos benefícios que as populações obtêm.

¹ Esta ficha informativa é baseada nos Folhetos Guia de Subsistência Sustentável do DFID, que podem ser acedidos em www.livelihoods.org/info/info_guidanceSheets.html.



DINÂMICA

A utilização e a gestão da agrobiodiversidade é dinâmica. Componentes diferentes da agrobiodiversidade são usados por diferentes pessoas em tempos e locais diferenciados, contribuindo assim para o desenvolvimento de estratégias de subsistência complexas. A compreensão de como este uso difere de acordo com a riqueza, género, idade e situação ecológica é essencial para a compreensão da contribuição da biodiversidade agrícola para a subsistência de diferentes membros de uma comunidade.

CONSTRUIR SOBRE FORÇAS E BENS

Se tomarmos uma perspectiva de subsistência, significa que nos focamos nas forças e bens de subsistência existentes, em vez de nos focarmos nas fraquezas e necessidades. De uma perspectiva de subsistência, o conhecimento local e os recursos genéticos são considerados bens importantes. O conhecimento detido por agricultores, por exemplo, das espécies de plantas locais e de gado é uma componente crucial da selecção, conservação e melhoramento de espécies. As plantas e animais locais formam parte de um complexo agro-ecossistema; os agricultores construíram um corpo de conhecimento significativo de como estes têm que ser geridos sob condições específicas.

LIGAÇÕES MACRO-MICRO

As actividades de investigação e desenvolvimento tendem a focar-se ao nível macro ou micro. Ao aplicar uma perspectiva de subsistência torna-se importante ligar estes níveis para a gestão bem sucedida da agrobiodiversidade. Como vimos no Módulo 1.1, muitos factores relacionados com a perda de biodiversidade agrícola estão ligados ao nível macro. Os

factores que contribuem para a perda de agrobiodiversidade incluem a globalização dos mercados, estratégias de financiamento, o estabelecimento de prioridades para a investigação e desenvolvimento e os direitos de acesso aos recursos genéticos. Por outro lado, o nível micro é relevante para a consideração da agrobiodiversidade como um bem valioso gerido por uma variedade de pessoas.

SUSTENTABILIDADE

A abordagem da subsistência enfatiza a importância de construir sobre as capacidades e forças existentes. Os aspectos chave são o fortalecimento da população local através da partilha de informação e construção da capacidade. Mais ainda, a negociação dos Direitos dos Agricultores e a partilha equitativa destes benefícios vai contribuir para a sustentabilidade da subsistência (ver Módulo 4).

Globalmente, a perspectiva da subsistência está interessada em primeiro lugar e principalmente com as populações. É procurada uma compreensão acertada e realística dos pontos fortes das populações (bens e dotações de capital) e como podem converte-los em resultados de subsistência positivos. A abordagem é baseada na crença de que as populações necessitam de um leque de bens para conseguirem resultados de subsistência positivos. Nenhuma categoria simples de bens, por si só, é suficiente para produzir os muitos e variados resultados de subsistência que as populações procuram. Isto é, particularmente, verdade para os pobres, cujo acesso a qualquer categoria de bens, tende a ser muito limitado. Eles têm que procurar formas de promover e combinar os bens que têm de formas inovadoras para assegurar a sua sobrevivência.

[Caixa 1] AGRICULTURA DE FEIJÕES NO QUÉNIA

A agricultura dos feijões entre os Kikuyu no Quénia providencia um caso de interesse. As evidências disponíveis indicam que, nos tempos pré-coloniais, uma grande variedade de espécies de feijão eram cultivadas nas terras altas do Quénia. Mais ainda, os feijões constituíam um elemento crítico da dieta das populações rurais, ao fornecerem uma rica fonte de proteínas para complementar o consumo de milho e de outros tipos de comida disponíveis. Particularmente, as variedades de feijões pretos indígenas chamados *njahe* em Kikuyu (*Lablab niger* e *Dolichos lablab* pelos seus nomes científicos) eram cultivadas por mulheres, e constituíam uma boa proporção da colheita. Os *Njahe* tinham, para além disso, um significado especial para as mulheres, pois considerava-se que o feijão aumentava a fertilidade e que tinha propriedades curativas para mães no pós-parto. Era, ao mesmo tempo, uma comida quase sagrada pois os feijões cresciam na montanha do Ol Donyo Sabuk, que é o segundo local de residência mais importante do Criador na religião Kikuyu, e era usado em cerimónias de adoração. Os feijões no Quénia são predominantemente uma colheita de pequeno proprietário, são largamente produzidos por mulheres para alimentar as suas famílias. Tradicionalmente, as mulheres tendem a desenvolver múltiplas variedades no mesmo campo – e guardam vários stocks de sementes – como uma vantagem contra as doenças e clima imprevisível. Para além disso, os pratos locais, tais como o *githeri* e o *irio*, eram baseados em tipos múltiplos de feijões.

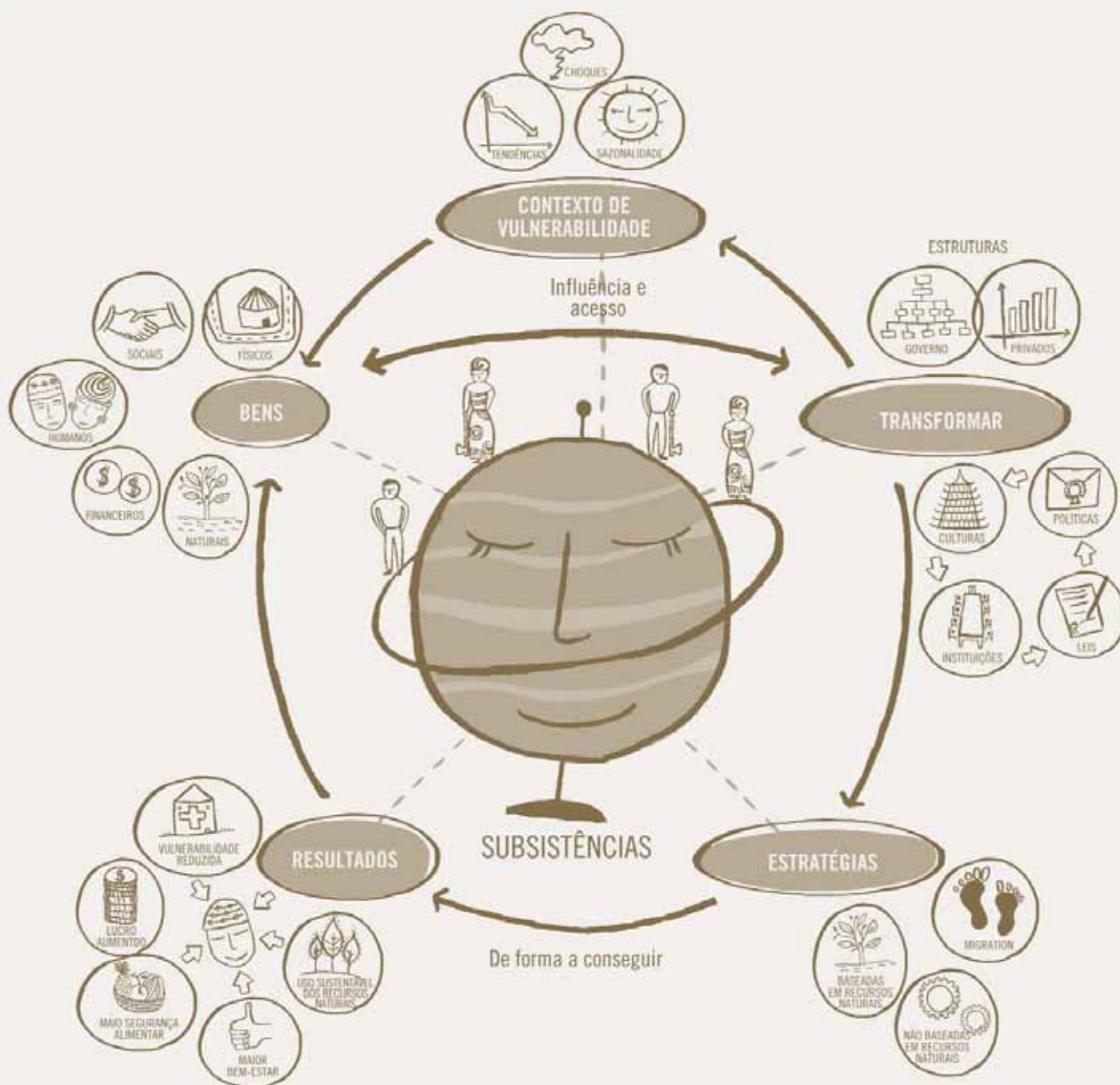
Fonte: IK Notes



O exemplo do Quênia mostra a complexidade por detrás de uma actividade simples como a plantação de feijões. As agricultoras tentam atingir um leque de diferentes resultados de subsistência. A terra que elas utilizam para plantar estas culturas é outro bem importante, assim como o seu trabalho, que usam para gerir estas colheitas. Os resultados de subsistência que elas alcançam incluem a segurança alimentar, assuntos de saúde e estratégias de gestão das pestes.

A abordagem da subsistência enfatiza, ainda mais, a relevância do contexto mais vasto em que os modos de vida (subsistência) e os seus bens se encontram incluídos. É muito importante ter isto em mente, quando é discutida a agrobiodiversidade e a sua contribuição potencial para a subsistência das populações, o contexto de vulnerabilidade das populações, as políticas existentes, as instituições e os processos também necessitam de ser considerados. Devemos considerar as diferentes estratégias e resultados de subsistência que determinam amplamente como estes bens podem ser usados. A figura seguinte é uma visão esquemática do modelo de subsistências sustentáveis. Os termos usados neste modelo vão ser explicados e apresentados detalhadamente a seguir.

[Imagem 1] **Modelo de subsistências sustentáveis²**



² Este diagrama baseia-se na ficha dos sistemas de subsistência do Natural Resources Institute (NRI)



O modelo de subsistências sustentáveis apresenta os factores principais que afectam os modos de vida (subsistência) das populações e as relações típicas entre estes factores. O modelo pode ser usado tanto para planear novas actividades de planeamento como para avaliar a contribuição que as actividades existentes têm para a sustentabilidade da subsistência. De forma particular, este modelo:

- ⦿ Providencia uma lista de assuntos importantes e sublinha a forma como estes se **ligam** uns aos outros;
- ⦿ Chama a atenção para influências e processos principais; e
- ⦿ Enfatiza as interacções múltiplas entre vários factores que afectam os modos de vida (subsistência);

O modelo não funciona de uma maneira linear e não tenta apresentar um modelo da realidade. O seu objectivo é auxiliar os intervenientes, com a suas diferentes perspectivas, a envolverem-se num debate estruturado e coerente dos muitos factores que afectam a subsistência, da sua importância relativa e da forma como interagem. No nosso caso, o modelo deverá ajudar-nos a explorar as ligações entre a agrobiodiversidade, o género e o conhecimento local e a compreender melhor o seu potencial na contribuição para uma subsistência melhorada.

As subsistências são moldadas por uma variedade de diferentes forças e factores, que estão em constante mudança. As análises centradas nas populações vão começar, mais provavelmente, com a investigação simultânea dos bens das populações, os seus objectivos (os *resultados de subsistência* que procuram) e as *estratégias de subsistência* que adoptam para atingir esses resultados. Os termos usados neste modelo e a sua relevância vão ser explicados em seguida.

BENS são o que as pessoas usam para ganhar a vida. Eles são os aspectos principais de um modo de vida (subsistência). Os bens podem ser classificados em cinco tipos – *humanos, sociais, naturais, físicos e financeiros*. As pessoas vão ter acesso aos bens de formas diferentes, e.g. através da posse privada ou como direitos costumeiros para grupos.

O **Capital Humano** é a parte dos recursos humanos que é determinado pelas qualidades das pessoas, e.g. personalidades, atitudes, aptidões, capacidades, conhecimento, e também a sua saúde física, mental e espiritual. O capital humano é o mais importante, não só pelo seu valor intrínseco, mas porque os outros bens capitais não podem ser usados sem ele. Tal como o capital social, descrito a seguir, pode ser difícil de definir e medir. Por exemplo, o estudo de caso sobre



agricultura de feijões no Quénia (ver Caixa 1) mostra que o conhecimento das mulheres, relacionado com as diferentes variedades locais de feijões, é um bem importante para a segurança alimentar familiar tal como para a saúde feminina.

O **Capital Social** é a parte dos recursos humanos determinada pelas relações que as pessoas têm com as outras. Estas relações podem ser entre membros de família, amigos, trabalhadores, comunidades e organizações. Elas podem ser definidas pelo seu propósito e qualidades, tais como, confiança, proximidade, força, flexibilidade. O capital Social é importante por causa do seu valor intrínseco, pois, aumenta o bem-estar, facilita a geração de outro capital e serve para gerar a estrutura da sociedade em geral; que é cultural, religiosa, política e outras normas de comportamento. Com a agrobiodiversidade, poderíamos pensar nas ligações entre gerações que facilitam o fluxo de informação e conhecimento, ou, poderíamos pensar em estratégias de troca de sementes entre famílias, como parte de uma rede de segurança, em caso de perda de colheitas, etc.



O **Capital Natural** é constituído pelos recursos naturais usados pelas pessoas: ar, terra, minerais, água, plantas e vida animal. Eles providenciam bens e serviços, quer sem a influência das pessoas (vida selvagem da floresta, estabilização dos solos), quer com a sua intervenção activa (colheitas de quintas, plantações de árvores). O capital natural pode ser



medido em termos de quantidade e qualidade (número de acres, número de cabeças de gado, diversidade e fertilidade). O capital natural é importante para os seus benefícios ambientais gerais e porque é a base essencial de muitas economias rurais (ao providenciar comida, materiais de construção, forragem). Este é provavelmente o bem mais fácil de compreender, porque a biodiversidade agrícola, como tal, forma um capital natural.

O **Capital físico** é derivado dos recursos criados pelas pessoas. Estes incluem edifícios, estradas, transportes, água potável, electricidade, sistemas de comunicação e equipamento e maquinaria que produzem mais capital. O capital físico é constituído por bens de produção, serviços e bens de consumo que estão disponíveis para as pessoas usarem. O capital físico é importante, porque supre as necessidades das pessoas através do acesso a outros capitais através de transportes ou infra-estruturas. Um exemplo relevante relacionado com a gestão da agrobiodiversidade é a disponibilidade de locais de armazenamento para guardar as sementes entre ciclos de colheita.



O **Capital financeiro** é uma parte específica e importante dos recursos criados. Compreende as finanças que estão disponíveis para as pessoas na forma de salários, poupanças, ofertas de crédito, transferências de dinheiro ou pensões. É muitas vezes, por definição, o bem mais limitador das pessoas pobres, apesar de poder ser o mais importante,



pois pode ser utilizado para comprar outros tipos de capital e pode ter uma má ou boa influência sobre as outras pessoas. Em relação à biodiversidade agrícola, os bens financeiros podem ser importantes porque evitam que as pessoas tenham que comer, ou vender todas as suas colheitas e sementes, ou matar todo o seu gado.

BALANÇO


É a quantidade relativa de bens possuídos por um indivíduo, ou disponíveis, vai variar de acordo com o género, localização e outros factores. O diagrama pentagonal que representa os bens pode ser redesenhado, como demonstrado no exemplo, para se visualizar a quantidade relativa de cada capital que está disponível a ser acedido por um indivíduo ou comunidade. É importante saber como este acesso e disponibilidade variam ao longo do tempo.




O CONTEXTO DA VULNERABILIDADE

A extensão, até à qual os bens das pessoas podem ser acumulados, balanceados; e como eles contribuem para os seus modos de vida, depende de um conjunto de factores externos que alteram as capacidades das pessoas de ganhar a vida. Alguns destes factores vão estar para além do seu controlo e podem exercer uma influência negativa. Este aspecto da subsistência pode ser chamado o **contexto da vulnerabilidade**, este contexto deve ser compreendido, o mais possível, para se desenharem formas de mitigar estes efeitos. Existem três tipos principais de mudança:




 **Tendências:** Estas são graduais e são relativamente previsíveis. As mudanças podem relacionar-se com a população, recursos, economia, governo ou tecnologia. Elas podem ter um efeito positivo, apesar de aqui nos focarmos em efeitos negativos. Os exemplos são:

- ⦿ **Degradação gradual da qualidade dos recursos naturais.** O processo de desertificação pode levar à perda de espécies valiosas de plantas e animais.
- ⦿ **Aumento populacional excessivo por causa da migração,** que pode levar a um aumento da pressão nos recursos locais resultando no uso insustentável e depleção.
- ⦿ **Desenvolvimentos inapropriados da tecnologia** podem desalojar espécies ou variedades de culturas ou gado.
- ⦿ **Mudanças não desejadas na representação política** podem levar a sistemas políticos que exploram recursos naturais locais.
- ⦿ **Estagnação económica geral** pode levar a um aumento da pobreza, e resultar na gestão insustentável dos recursos locais. Isto pode levar, por exemplo, à depleção de certos recursos genéticos de plantas.

 **Choques:** Algumas alterações externas podem ser súbitas e imprevisíveis. Elas podem estar relacionadas com a saúde, natureza, economia, ou relações. Geralmente, elas são muito mais problemáticas. Os exemplos são:

- ⦿ **Extremos climáticos** (seca, inundações, tremores de terra), que podem eliminar recursos animais e de vegetais existentes.
- ⦿ **Perturbação civil** (revolução) pode afectar as estruturas sociais. Pode resultar na interrupção de transferências de conhecimento de recursos animais ou vegetais.
- ⦿ **Surto de doenças,** e.g. VIH/SIDA pode levar a mudanças nos recursos de trabalho para as actividades agrícolas. Certas culturas podem ser abandonadas ao mesmo tempo que o conhecimento relacionado com a sua gestão.

 **Sazonalidade:** Muitas mudanças são determinadas pelos efeitos sazonais da produção de colheitas, acesso e condições de vida. Apesar de serem de curto prazo, durando uma estação, podem ser críticas para as pessoas pobres que têm um modo de vida de subsistência. Os exemplos são mudanças nos:

- ⦿ **Preços** – podem fazer a produção de certos produtos muito cara e portanto sem atractivos. Por outro lado, isto pode levar ao seu abandono.
- ⦿ **Oportunidades de emprego** – podem alterar a disponibilidade de recursos relacionados com o trabalho, para a produção agrícola em estações importantes, levando à perda de algumas práticas agrícolas e de colheitas.



POLÍTICAS, INSTITUIÇÕES E PROCESSOS (PIPs)

Para além dos factores que determinam o *contexto da vulnerabilidade*, existem uma gama de *políticas, instituições e processos*, desenhados para influenciar as pessoas e a forma como ganham a vida. Se bem feitas, estas influências na sociedade devem ser positivas. Contudo, dependendo do seu propósito original, algumas pessoas podem ser afectadas negativamente.

As *políticas, instituições e processos*, dentro do modelo da subsistência, são as instituições, organizações, políticas e legislação que moldam os modos de vida. A sua importância não pode ser supra-enfatizada. Operam a todos os níveis, do familiar ao nível internacional. Funcionam em todas as esferas, das mais privadas às mais públicas. Determinam efectivamente:



- ⊗ **Acesso** a vários tipos de capital, a estratégias de subsistência, e a corpos de tomada de decisão e fontes de influência.
- ⊗ **Termos de troca** entre diferentes tipos de capital; e
- ⊗ **Retornos**, económicos e outros, para uma qualquer estratégia de subsistência.

Para além disso, eles têm um impacto directo nos sentimentos das pessoas de inclusão e bem-estar. Porque a cultura está incluída nesta área, as PIPs descrevem outras diferenças não explicadas na forma como as coisas são feitas em diferentes sociedades.

Exemplos de PIPs incluem:

- ⊗ **Políticas** – sobre o uso dos recursos genéticos de plantas e gestão da biodiversidade.
- ⊗ **Legislação** – na criação de patentes de recursos genéticos vegetais, direitos de propriedade
- ⊗ **Impostos, incentivos, etc.** – incentivos para a produção de culturas de rendimento ou variedades melhoradas que possam substituir as variedades locais.
- ⊗ **Instituições** – extensões ou instituições de pesquisa que promovam inovações externas, e representem o interesse de agricultores prósperos que dependem menos da agrobiodiversidade.
- ⊗ **Culturas** – relacionadas com as relações de género, que podem afectar o acesso e a tomada de decisão na selecção e gestão de culturas e gado.

ESTRATÉGIAS DE SUBSISTÊNCIA

Para resumir as características dos modos de vida (subsistência): as pessoas usam *bens* para ganhar a vida. Elas enfrentam o melhor que podem os factores para além do seu controlo que fazem os seus modos de vida *vulneráveis*. São afectados por *políticas, instituições e processos* existentes, que podem influencia-los parcialmente. Existem três tipos principais de estratégias, que podem ser combinadas de múltiplas formas:



- ⊗ **Baseadas nos recursos naturais:** A maioria dos habitantes rurais vai planejar formas de ganhar a vida, baseadas directamente nos recursos naturais à sua volta e.g. agricultoras de subsistência, pescadores, caçadores/colectores, gestores de plantações
- ⊗ **Não baseadas nos recursos naturais:** Alguns habitantes rurais, e a maior parte das pessoas urbanas, vai optar por ganhar a vida baseados em recursos criados que vão desde a mendicidade, trabalhos sociais, condutores, trabalhos governamentais ao trabalho nas lojas.
- ⊗ **Migração:** Se não existirem oportunidades apropriadas para as pessoas ganharem a vida, então uma terceira opção pode ser a de migrar da área para um local onde possam ganhar a vida. Os exemplos variam das tribos nómadas aos académicos expatriados. Esta migração pode ser sazonal ou permanente.

Estudos recentes chamaram a atenção para a enorme variedade de estratégias de subsistência a todos os níveis – dentro de áreas geográficas, entre sectores, dentro das famílias e ao longo do tempo. Isto não é uma questão das pessoas mudarem de uma forma de emprego ou actividade “própria” (agricultura, pesca), para outra. Em vez disso é um processo dinâmico em que as pessoas combinam as suas actividades para suprirem as suas necessidades em diferentes alturas. Uma manifestação comum deste facto, ao nível familiar, é o “**straddling**”, em que diferentes membros da família vivem e trabalham temporariamente em locais diferentes, e.g. migração sazonal, ou permanente.



RESULTADOS DA SUBSISTÊNCIA

O objectivo destas estratégias de subsistência é suprir às necessidades das pessoas, tão eficientemente e eficazmente como possível. Estas necessidades podem ser expressadas como *resultados de subsistência* esperados de uma estratégia de subsistência escolhida. Quando considerando as pessoas “pobres”, existem cinco resultados básicos que vão ser habitualmente mais importantes para eles. A prioridade dada a cada um vai depender da percepção do indivíduo de si próprio e das suas circunstâncias. Eles são os seguintes:



- ⦿ **Melhor segurança alimentar:** Um requisito básico para qualquer subsistência é alcançar a segurança alimentar. Não é suficiente ter uma alimentação adequada durante parte do ano e insuficiente noutra parte. Deve existir um fornecimento seguro durante todo o ano.
- ⦿ **Bem-estar aumentado:** Um sentimento de bem-estar físico, mental e espiritual *aumentado* é uma necessidade básica e importante. Até certa medida, depende de outras necessidades estarem satisfeitas.
- ⦿ **Vulnerabilidade reduzida:** Na medida do possível, um modo de vida escolhido deverá ajudar a *reduzir* o efeito dos vários factores que tornam a vida mais vulnerável, e.g. seca, conflitos.
- ⦿ **Rendimento aumentado:** Claramente, a maior parte das pessoas pobres que o seu rendimento seja *aumentado* para um nível adequado, e de ter o máximo de flexibilidade na supressão das suas necessidades.
- ⦿ **Uso sustentável dos recursos naturais:** Como muitos modos de vida dos pobres rurais depende do acesso aos recursos naturais, é importante que as suas estratégias levem a um uso *mais sustentável* destes recursos.

Pontos-chave

- O modelo da subsistência sustentável apresenta os factores principais que afectam os modos de vida das pessoas e as relações típicas que existem entre estes.
- O ponto de partida para a gestão da agrobiodiversidade é as pessoas em si.
- A gestão da biodiversidade agrícola não é uma actividade separada que aponta para a conservação das espécies, variedades ou raças individuais. Em vez disso, é vista como parte das estratégias de subsistência diárias das populações em todo o mundo.
- Usando uma perspectiva de subsistência significa focarmo-nos nas forças existentes e bens de subsistência, em vez de nos focarmos nas fraquezas e necessidades.
- É importante ligar os níveis micro e macro para uma gestão bem sucedida da agrobiodiversidade
- O uso e gestão da biodiversidade agrícola são dinâmicos. Componentes diferentes da agrobiodiversidade são usados por pessoas diferentes em diferentes alturas em vários locais, contribuindo para o desenvolvimento de estratégias complexas de subsistência.
- A abordagem da subsistência enfatiza a relevância de um contexto mais abrangente em que os modos de vida das pessoas e os seus bens se encontram embuidos.
- O fortalecimento das populações locais, através da partilha de informação e da construção de capacidade, são aspectos chave de uma abordagem de subsistência.



OBJECTIVO: A ficha informativa 2.1 pretende introduzir o modelo da subsistência e de aumentar a consciência dos participantes dos diferentes bens usados pelas pessoas pobres para construírem os seus modos de vida. Para além disso, enfatiza a relevância do contexto da vulnerabilidade e as ligações entre o contexto da vulnerabilidade e os bens de subsistência.

OBJECTIVOS DA APRENDIZAGEM: Os participantes compreendam a complexidade dos modos de vida das pessoas. Que sejam capazes de usar o modelo da subsistência, como uma ferramenta de análise, para identificar as forças e bens das pessoas. Os participantes deverão ser capazes de reconhecer o conhecimento local e a agrobiodiversidade como bens chave dos modos de vida das pessoas pobres.

PROCESSO:

- 1) Dependendo do tempo disponível, e do interesse/conhecimento prévio dos participantes e facilitador, podem, em conjunto com os participantes, quer analisar as diferenças entre os modos de vida e a gestão dos recursos naturais de forma mais detalhada (Passo 1), ou ir directamente para o Passo 2.
- 2) Formando dois grupos, os participantes deverão explorar por si próprios o significado de uma *abordagem de subsistência*, comparado com uma *abordagem da gestão dos recursos naturais*. Este exercício vai encorajar os participantes a reflectirem na sua própria compreensão dos conceitos, anterior à introdução do modelo da subsistência.
- 3) O facilitador dá uma introdução curta da perspectiva da subsistência e do modelo da subsistência. Dependendo da audiência, ele poderá utilizar uma apresentação em Power Point para alcançar este propósito, ou desenvolver o modelo num quadro largo à frente dos participantes. A segunda opção é mais lenta, e pode ser mais adequada para participantes que não conhecem o modelo de subsistência. Durante esta apresentação, a ênfase deverá ser dada à relevância do modelo de subsistência para a compreensão das ligações entre agrobiodiversidade, género e conhecimento local. Após a apresentação, deverá seguir-se uma sessão de feedback para clarificação.
- 4) Após a apresentação conceptual, o facilitador poderá introduzir o estudo de caso de Mali (Módulo 5) para auxiliar os participantes a aplicarem o modelo a uma situação real. Dependendo do tempo disponível, e da disposição dos participantes, o estudo de caso pode ser lido por pequenos grupos ou apresentado pelo facilitador. Isto levará a um exercício, que é descrito em seguida (ver Página de Exercícios 2.1)

RESULTADOS ESPERADOS: Os participantes compreendam os aspectos principais e o foco do modelo da subsistência e sejam capazes de aplicá-lo à gestão da biodiversidade agrícola.

TEMPO NECESSÁRIO: Mínimo 4 horas.

2.1 PÁGINA DE EXERCÍCIOS

Os participantes são convidados a dividirem-se em pequenos grupos de 4-5 pessoas.

TAREFA DE TRABALHO DE GRUPO

Usando o modelo da subsistência sustentável como guia, distinguir:

- 1) Quais são os diferentes **bens** descritos no estudo de caso? Que grau de controlo as diferentes pessoas da aldeia têm sobre eles?
- 2) Existem factores fora do controlo imediato das pessoas da aldeia que podem torná-los **vulneráveis** (e.g. tendências, choques, estações)?
- 3) Que **políticas, instituições e processos** afectam a gestão corrente e futura dos seus bens?
- 4) Conseguem identificar **estratégias de subsistência** diferentes no estudo de caso? O que é que as pessoas querem alcançar com estas estratégias?

Depois deste exercício estar completo, os grupos estão convidados a apresentar as suas descobertas, e a discutir as diferenças e semelhanças entre elas.

QUAIS SÃO AS LIGAÇÕES ENTRE AGROBIODIVERSIDADE, CONHECIMENTO LOCAL E GÉNERO DE UMA PERSPECTIVA DO MEIO DE SUBSISTÊNCIA?

Na ficha informativa 2.1 aprendemos que a *biodiversidade agrícola* pode ser considerada como um capital ou bem natural importante para a subsistência das populações com potencial de contribuir para a *segurança alimentar* e para a geração de rendimentos. Aprendemos também que o capital humano – tal como o *conhecimento local* – é considerado como um bem de subsistência que pode contribuir para diferentes estratégias do meio de vida. Os *papéis e relações do género* formam parte das políticas, instituições e processos que influenciam as probabilidades das populações usarem os seus bens e atingirem os resultados desejados do meio de subsistência.

O nosso desafio e o da comunidade de investigação e desenvolvimento, é compreender as ligações e as complexidades entre estes diferentes componentes do meio de vida. Somente depois, podemos atingir a gestão sustentável da biodiversidade agrícola e podemos contribuir para o melhoramento dos meios de vida, desenvolvimento económico, bem como para a manutenção da diversidade genética e o seu conhecimento local associado.

Há evidências suficientes resultantes das experiências passadas e actuais que indicam que estas ligações e a forma como funcionam gera resultados positivos ou negativos do meio de vida.

Na secção seguinte, vamos explorar, com mais detalhe, as relações potenciais e suas interligações. Esta secção apresenta os conceitos básicos destas interligações. As considerações aplicadas estão apresentadas nos Módulos 3 e 4.

Relações entre os bens

Os bens combinam-se numa multiplicidade de diferentes formas a fim de gerar resultados positivos da subsistência. Dois tipos de relações são particularmente importantes:

- ⑥ **Sequência:** será que os que escapam à pobreza começam com uma combinação particular dos bens? Será que o acesso a um tipo de bens, ou a um subconjunto reconhecível de bens, é necessário ou suficiente para escapar da pobreza?

Esta é uma questão importante a considerar em termos de esforços de conservação empregados para manter a agrobiodiversidade. Será que é suficiente ter acesso a uma vasta gama de diversidade? Ou, será que as populações precisam de outros tipos de bens para usar efectivamente a biodiversidade agrícola? O pequeno estudo de caso do Uganda e Camarões (ver Caixa 2) mostra que a disponibilidade de uma estrutura do mercado é crucial para a venda bem sucedida de produtos. Geralmente, os meios de vida das populações pobres são muito complexos e necessitam de muitos recursos diferentes para a sua sobrevivência. Parece, portanto, não ser provável que apenas um tipo de bens possa ser suficiente para ganhar a vida. Para além disso, existem provas crescentes que sugerem que o acesso à informação, ao conhecimento, às infra-estruturas de mercado, etc. é um factor importante para a gestão bem sucedida da biodiversidade agrícola. No Módulo 4 iremos discutir, com mais detalhe, a relevância do conhecimento local para a gestão sustentável da agrobiodiversidade.


- ⑥ **Substituição:** Será que um tipo de capital pode ser substituído por outros? Por exemplo, pode o capital humano aumentado compensar a falta do capital financeiro numa determinada circunstância?



Os resultados da investigação e desenvolvimento existentes demonstram que as populações pobres dependem especialmente do capital natural, visto que elas têm possibilidades muito limitadas de substituir a perda da diversidade por outros tipos de bens. Contudo, esta questão não pode ser respondida de uma forma geral porque depende muito das condições individuais ou dos casos específicos. Por exemplo, caso existam possibilidades de emprego alternativo fora do sector agrícola, as pessoas com capacidades relevantes podem sair do sector agrícola para outros sectores.

Relações com outros componentes do modelo


As relações dentro do modelo do meio de subsistência são altamente complexas. A sua compreensão é um grande desafio e um passo importante no processo da análise da subsistência que leva a acções para eliminar a pobreza.


 **Bens e o Contexto da Vulnerabilidade:** os bens são tanto destruídos como criados como resultado das tendências, choques e sazonalidade do *Contexto da Vulnerabilidade* (ver Figura 1). Por exemplo, o desaparecimento súbito dos sistemas formais de distribuição de sementes numa determinada região, pode fazer com que as populações voltem às variedades das culturas e sistemas de sementes locais que podem aumentar a diversidade. Ou uma calamidade natural ou induzida pelo homem pode levar a uma perda de sementes locais numa região.

 **Bens e Políticas, Instituições e Processos (PIPs):** As políticas, instituições e processos têm uma influência profunda no acesso aos bens. Estes:

- ⊗ **Criam bens** – as políticas governamentais para investir nas infra-estruturas básicas (capital físico) ou geração de tecnologia (produção do capital humano) ou a existência de instituições locais que reforçam o capital social, pode, por exemplo, ser importante para manter os sistemas locais de sementes ou práticas de gestão de gado.
- ⊗ **Determinam o acesso** – os direitos de posse, instituições que regulam o acesso a recursos comuns. Isto é extremamente relevante no que diz respeito à biodiversidade agrícola em termos de direitos de propriedade intelectual, patentes, etc.
- ⊗ **Influenciam as taxas de acumulação de bens** – as políticas que afectam os retornos de diferentes estratégias de subsistência, tributação, etc. A respeito da gestão da agrobiodiversidade pode pensar-se em estruturas de incentivos para melhorar diferentes sistemas.

Contudo, esta não é uma relação unívoca simples. Os próprios indivíduos e grupos influenciam as políticas, instituições e processos. No geral, quanto maior for a dotação de bens das pessoas, maior é a influência que podem exercer. Portanto, uma forma de atingir o fortalecimento/autonomia pode ser o ajudar as populações a acumularem os seus bens.

 **Bens e Estratégias de Subsistência:** As pessoas que possuem mais bens tendem a possuir uma gama de opções mais vasta e uma capacidade de mudar entre estratégias múltiplas para assegurar os seus meios de subsistência. Existe também uma dimensão importante do género quando se olha para os bens disponíveis e as estratégias de subsistência. Como os homens e as mulheres têm diferentes estratégias de subsistência gerem a biodiversidade agrícola de formas diferentes.

 **Bens e Resultados da Subsistência:** As análises de pobreza mostraram que a capacidade das pessoas escaparem da pobreza é criticamente dependente do seu acesso aos bens. São requeridos diferentes bens para se atingirem diferentes resultados de subsistência. Por exemplo, algumas pessoas podem considerar essencial um nível mínimo do capital social para atingirem um certo sentido de bem-estar. Ou, nas áreas rurais remotas, as populações podem sentir que precisam dum certo nível de acesso ao capital natural para terem segurança.



O pequeno exemplo seguinte ilustra a maior parte das questões acima mencionadas. Mostra como um bem natural (vegetais indígenas) é usado para contribuir para diferentes resultados de subsistência desejados. Ilustra também que a existência duma certa infra-estrutura (mercados) é necessária para a realização bem sucedida duma estratégia de subsistência particular (neste caso, a venda dos vegetais). Além disso, mostra que as tendências, tais como o aumento da produção de vegetais exóticos, não afecta negativamente esta estratégia de subsistência.

[Caixa 2] **VEGETAIS INDÍGENAS NOS CAMARÕES E NO UGANDA**

Nos Camarões e no Uganda, os vegetais indígenas desempenham um papel importante na geração de rendimentos e produção de subsistência. Os vegetais indígenas oferecem uma oportunidade significativa para as populações mais pobres ganharem a vida, como produtores e/ou comerciantes, sem precisarem de grandes investimentos de capital. Estes vegetais constituem um produto de consumo importante para as famílias pobres, porque os seus preços são relativamente acessíveis quando comparados com outros produtos alimentares. De forma argumentável, o mercado de vegetais indígenas é uma das poucas oportunidades para as mulheres pobres e desempregadas ganharem a vida. Apesar do aumento na produção de vegetais exóticos, os vegetais indígenas continuam a ser populares, especialmente nas zonas rurais, onde são considerados mais saborosos e nutritivos do que os vegetais exóticos. Os vegetais indígenas têm muitas vezes um papel cerimonial e são um ingrediente essencial nos pratos tradicionais.

Fonte: Schippers

Ligações entre políticas, instituições e processos dentro do modelo

A influência das PIPs estende-se ao longo do modelo:

- ⊙ Existe um feedback directo ao *contexto da vulnerabilidade*. As PIPs afectam as tendências, tanto directamente (ex. políticas relacionadas com a pesquisa agrícola e o desenvolvimento da tecnologia/tendências económicas) como indirectamente (ex. políticas de saúde/ tendências da população). Elas podem ainda ajudar a amortecer o impacto dos choques externos (ex. políticas sobre o alívio das secas, ajuda alimentar, etc.). Outros tipos de PIPs são também importantes, por exemplo, os mercados com bom funcionamento podem ajudar a reduzir o efeito da sazonalidade ao facilitarem o comércio entre áreas, que, por sua vez, pode ser um incentivo para os agricultores locais manterem certas variedades de culturas que poderiam, de outra forma, ser substituídas por outras culturas com maior procura no mercado.
- ⊙ As PIPs podem restringir as escolhas das *estratégias de subsistência* pelas pessoas. Exemplos comuns são as políticas e regulamentos que afectam a atractividade das escolhas de subsistência particulares, através do seu impacto sobre os resultados esperados. Por exemplo, o estabelecimento de certas normas de qualidade de frutos e vegetais pode tornar a produção de variedades locais menos atractivas, visto que estas podem ser menos uniformes em relação às variedades melhoradas.
- ⊙ Pode também existir um impacto directo sobre os resultados dos meios de subsistência. As estruturas políticas responsáveis pela implementação de políticas a favor dos pobres, incluindo a extensão dos serviços sociais às áreas onde as populações pobres vivem, podem aumentar de forma significativa o sentido de bem-estar das populações. Elas podem promover a consciência sobre os direitos e um sentido de auto-controle. Elas podem ainda reduzir a vulnerabilidade através da provisão de redes sociais de segurança. As relações entre as várias políticas e a sustentabilidade do uso de recursos são complexas e, algumas vezes significativas.



Pontos-chave

- Os bens combinam-se numa multiplicidade de formas diferentes para gerarem resultados positivos de subsistência. Dois tipos de relações são particularmente importantes, que são a Sequenciação e a Substituição.
- Os bens de subsistência são destruídos e criados como resultado das tendências, choques e sazonalidade do Contexto da Vulnerabilidade.
- As políticas, instituições e processos têm uma influência profunda sobre o acesso aos bens.
- Os que possuem muitos bens tendem a possuir uma gama mais vasta de opções e uma capacidade de mudar entre múltiplas estratégias para assegurar a sua subsistência.
- Homens e mulheres têm diferentes estratégias de subsistência e, portanto gerem a biodiversidade agrícola de formas diferentes.
- As análises da pobreza mostraram que a capacidade das populações de escaparem à pobreza é criticamente dependente do seu acesso aos bens. Diferentes bens são necessários para atingir diferentes resultados de subsistência.



OBJECTIVO: As páginas com informação factual 2.2 tem como objectivo introduzir as ligações entre os diferentes componentes dos meios de subsistência. Elas mostram a necessidade de considerar a biodiversidade agrícola dentro de um modelo complexo de forma a compreenderem-se as ligações entre agrobiodiversidade, género e conhecimento local.

OBJECTIVOS DA APRENDIZAGEM: Os participantes tenham consciência da relevância dos diferentes tipos de ligações e serem capazes de usar o modelo do meio de subsistência como uma ferramenta de análise.

PROCESSO:

- 1) O ponto de partida para esta sessão pode ser uma breve apresentação feita pelo facilitador. O conteúdo da sessão é teórico e pode requerer uma introdução guiada.
 - (a) Se o tempo disponível for limitado, o facilitador pode se referir ao estudo de caso do Mali a fim de explorar as questões apresentadas na ficha informativa 2.2.
 - (b) Caso haja tempo suficiente, os participantes podem desenvolver, em pequenos grupos, cenários de campo de situações nos quais as populações baseiam as suas formas de subsistência na gestão da biodiversidade agrícola. É importante incluir o conhecimento local e os papéis e relações do género, como parte destes cenários. Estes cenários podem, mais tarde, serem usados para desenvolver as questões conceptuais apresentadas na ficha informativa 2.2.
- 2) O exercício 2.2 centra-se no impacto das políticas, instituições e processos sobre os diferentes componentes do modelo de subsistência. Dependendo do alocação de tempo, os participantes podem ou trabalhar no estudo de caso do Mali ou nos seus próprios cenários de campo a fim de desenvolver o exercício. (ver a página de exercício 2.2).
- 3) Os resultados dos grupos de trabalho poderão ser trazidos ao plenário e apresentados em forma de uma discussão em pódio. É importante sugerir apresentações e mecanismos de feedback diferentes, visto estes tornarem a discussão mais activa e interessante.

RESULTADO ESPERADO: Os participantes tenham explorado a utilidade do modelo de meio de subsistência. Que compreendam agora a complexidade da gestão da agrobiodiversidade e as ligações com outros componentes do meio de subsistência.




TEMPO NECESSÁRIO: o tempo mínimo estipulado é de 3 horas. Caso haja necessidade de desenvolver e usar os cenários de campo para o exercício, pode se fixar o mínimo de 5 horas.

2.2 PÁGINA DE EXERCÍCIOS



TAREFA DE TRABALHO DE GRUPO

- 1) Em grupos, leiam as partes relevantes das fichas informativas 2.1 e 2.2 sobre as políticas, instituições e processos.
- 2) Formem três grupos. Identifiquem exemplos de políticas, instituições e processos dentro do contexto da gestão da biodiversidade agrícola que exercem um impacto sobre: (Grupo 1) o contexto da vulnerabilidade, (Grupo 2) bens de subsistência e (Grupo 3) estratégias e resultados de subsistência.
- 3) Usem os cenários desenvolvidos na sessão como um ponto de partida para a vossa discussão. Sintam-se livres de discutir para além destes cenários e tomarem em conta as vossas próprias experiências ligadas com o vosso contexto de trabalho.

-  Blench, R. (1997). *Espécies negligenciadas, meios de subsistência e biodiversidade em áreas difíceis: Como deve responder o sector público?* Perspectiva dos Recursos Naturais da ODI, Trabalho 23, Londres.
-  Ghotge, N. e Ramdas, S. (2003). *Gado e meios de subsistência* (Trabalho 24). *Em* Conservação e uso sustentável da biodiversidade agrícola. Publicado por CIP-UPWARD em parceria com GTZ, IDRC, IPGRI e SEARICE.
-  Anderson, S. 2003. Sustentar os meios de subsistência através da conservação dos recursos genéticos animais. *Em* Conservação e uso sustentável da biodiversidade agrícola. Publicado por CIP-UPWARD em parceria com GTZ, IDRC, IPGRI e SEARICE.

REFERÊNCIAS - MÓDULO 2

Anderson, S. 2003. Sustaining livelihoods through animal genetic resources conservation. *In* Conservation and sustainable use of agricultural biodiversity. Published by CIP-UPWARD in partnership with GTZ, IDRC, IPGRI and SEARICE.

Blench, R. 1997. Neglected Species, Livelihoods and Biodiversity in difficult areas: How should the public sector respond? London, ODI Natural Resource Perspective Paper 23.

Ghotge, N. & Ramdas, S. 2003. Livestock and livelihoods (Paper 24). *In* Conservation and sustainable use of agricultural biodiversity, published by CIP-UPWARD in partnership with GTZ, IDRC, IPGRI and SEARICE.

IK Notes, No 23. August 2000. Seeds of life: Women and agricultural biodiversity in Africa.

Livelihood fact sheet, United Kingdom, Natural Resources Institute (NRI), University of Greenwich.

Schippers, R. 1999. Indigenous vegetable becoming more popular in Central Africa, ph Action News, No. 1, IITA.

Web sites

DFID Web site on Sustainable Livelihoods: www.livelihoods.org/info/info_guidancesheets.html